



BNY MELLON



Fundo de Acordo com o Código da ABVCAP/ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento em Participações e Fundos de Investimento em Empresas Emergentes.

## **REGULAMENTO DO GERAÇÃO DE ENERGIA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA**

### **CAPÍTULO I - DO FUNDO, DEFINIÇÕES E PÚBLICO ALVO**

**Artigo 1º:** O **GERAÇÃO DE ENERGIA - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA** (“FUNDO”) é um Fundo de Investimento em Participações constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo determinado de duração de 7 (sete anos) anos contado da Data da 1ª (primeira) integralização de Cotas, regido pelo presente Regulamento e seu(s) Suplemento(s), pela Instrução CVM 578 e demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. Através da Assembleia Geral de Cotistas de 25 de julho de 2018, o novo prazo de duração do Fundo foi definido como o dia 29 de junho de 2019.

**Parágrafo 1º:** Para o efeito do disposto no presente Regulamento e nas disposições legais e regulamentares que lhe são aplicáveis, considera-se:

**ADMINISTRADOR:** **BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira autorizada a administrar fundos de investimento ao amparo da Instrução CVM 558, conforme Ato Declaratório nº 4620 de 19 de dezembro de 1997, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson nº 231, 11º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 02.201.501/0001-61;

**Antigo Gestor:** **ÁTICO ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS LTDA.**, com sede na Avenida Rio Branco, nº 110 - 36º andar, Centro, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o n. 01.290.707/0001-42, cujos atos constitutivos encontram-se arquivados no RCPJ do estado do Rio de Janeiro, sob o n. 149.178, devidamente autorizada pela CVM para a prestação de serviços de administração de carteira de valores mobiliários pelo Ato Declaratório nº 3970, expedido em 12 de agosto de 1996;

**BACEN:** o Banco Central do Brasil;

**Boletim de Subscrição:** significa cada boletim de subscrição, devidamente assinado pelo investidor, que, assinando também o Termo de Adesão ao Regulamento e o Instrumento Particular de Compromisso de Investimento, adquire a qualidade de Cotista do **FUNDO**;

**Capital Comprometido:** a soma de todos os Capitais Comprometidos dos Cotistas, que poderá ser de no máximo R\$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), sendo o montante mínimo para início do funcionamento do **FUNDO** de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);

**Capital Comprometido do Cotista:** o valor total que cada investidor, nos termos do respectivo Instrumento Particular de Compromisso de Investimento, tenha se obrigado a aportar em recursos no **FUNDO**, mediante uma ou mais subscrições e integralizações de Cotas;

**Capital Vinculado a Projetos:** o valor total das Propostas de Investimento aprovadas pelo Comitê de Investimentos, com seu respectivo orçamento, valor este que será investido em Companhias Alvo e vinculado ao desenvolvimento e/ou aquisição de projetos de geração de energia;

**Capital Integralizado:** o valor total das Cotas subscritas e integralizadas;

**CETIP:** CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos;

**Comitê de Investimentos:** O comitê previsto no Artigo 20 deste Regulamento;

**Companhias Alvo:** as sociedades anônimas, abertas ou fechadas, emissoras de títulos e valores mobiliários, que atuem, direta ou indiretamente, no setor de geração de energia e que possam ser objeto de Propostas de Investimento pelo **FUNDO**. Ademais, em sendo de capital aberto, deverão estar listadas em um dos segmentos do Novo Mercado, da Bovespa ou permitir a participação efetiva do **FUNDO** em sua gestão, por um dos mecanismos indicados no Artigo 15, parágrafo 1º, deste Regulamento;

**Companhias Investidas:** as Companhias Alvo que atendam, no momento da aprovação do investimento pelo Comitê de Investimentos, aos requisitos previstos no Capítulo VI deste Regulamento, cujos títulos e/ou valores mobiliários de sua emissão venham a ser adquiridos ou subscritos pelo **FUNDO**;

**Consultor Técnico:** pessoa jurídica de notório saber no setor de geração de energia e reputação ilibada, nomeada pelo **GESTOR** para o exercício das funções referidas no Artigo 8º e que participará das reuniões do Comitê de Investimentos nos termos do Artigo 22;

**Consultor Jurídico:** escritório de advocacia nomeado pelo **GESTOR**, que participará das reuniões do Comitê de Investimentos nos termos do Artigo 22;

**Cotas:** frações ideais do patrimônio do **FUNDO**;

**Cotistas:** os investidores que venham a adquirir Cotas de emissão do **FUNDO**;

**CUSTODIANTE:** **BANCO BRADESCO S.A.**, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara, inscrito no CNPJ sob o nº 60.746.948/0001-12;

**CVM:** a Comissão de Valores Mobiliários;

**Data da 1ª Emissão das Cotas:** A data da emissão inicial, deliberada pelo **ADMINISTRADOR**, se dará na data de registro do Suplemento deste Regulamento no cartório de títulos e documentos;

**Data de Início da Nova Gestão:** A data de eleição do **NOVO GESTOR**, ou seja, a assembleia geral de cotistas realizada em 26 de fevereiro de 2018, a partir da qual o **NOVO GESTOR** passou a ser responsável pela gestão da carteira do **FUNDO**.

**Encerramento Antecipado da Gestão:** hipótese de destituição/substituição do **NOVO GESTOR**, nos termos do Capítulo II deste Regulamento, anteriormente ao encerramento do prazo de duração do **FUNDO**, exceto os casos de renúncia ou destituição/substituição do **NOVO GESTOR** por justa causa, conforme indicados no parágrafo 7º do Artigo 6º deste Regulamento;

**FUNDO: GERAÇÃO DE ENERGIA - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA;**

**Grupo Econômico:** as pessoas físicas, as pessoas jurídicas e/ou os fundos de investimento vinculados e/ou relacionados, conforme o caso, mediante: (i) controle empresarial, coligação, afiliação, parceria envolvendo controle conjunto, controle comum, participação relevante no capital, poder de voto, acordo de acionistas; (ii) administração e/ou gestão de fundos de investimento e/ou carteiras; e/ou (iii) outros documentos que tenham o efeito de direcionar o poder decisório de cada ente acima mencionado em um mesmo sentido no âmbito do Comitê de Investimentos;

**Indexador:** a variação acumulada do Índice de Preço ao Consumidor Amplo ("IPCA"), calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE");

**Instrução CVM 400:** a Instrução nº 400, editada pela CVM em 29 de dezembro de 2003, e suas alterações posteriores, que dispõe sobre as ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários, nos mercados primário ou secundário;

2415794v1



**Instrução CVM 476:** a Instrução nº 476, editada pela CVM em 16 de janeiro de 2009, e suas alterações posteriores, que dispõe sobre as ofertas públicas de valores mobiliários distribuídas com esforços restritos e a negociação desses valores mobiliários nos mercados regulamentados;

**Instrução CVM 555:** a Instrução nº 555, editada pela CVM em 17 de dezembro de 2014, e suas alterações posteriores, que dispõe sobre a constituição, a administração, o funcionamento e a divulgação de informações dos fundos de investimento em geral;

**Instrução CVM 558:** a Instrução nº 558, editada pela CVM em 26 de março de 2015, e suas alterações posteriores, que dispõe sobre o exercício profissional de administração de carteiras de valores mobiliários;

**Instrução CVM 578:** é a Instrução CVM nº 578, de 30 de agosto de 2016, conforme alterada de tempos em tempos, que dispõe sobre a constituição, o funcionamento e a administração dos fundos de investimento em participações;

**Instrução CVM 579:** é a Instrução CVM nº 579, de 30 de agosto de 2016, conforme alterada de tempos em tempos, que dispõe sobre a elaboração e divulgação das demonstrações contábeis dos Fundos de Investimento em Participações;

**Instrumento Particular de Compromisso de Investimento:** significa cada instrumento particular de compromisso de investimento, devidamente assinado pelo **ADMINISTRADOR**, agindo em nome do **FUNDO**, bem como por 02 (duas) testemunhas, e por investidor que assim se compromete a integralizar Cotas sempre que houver chamadas para tanto por parte do **ADMINISTRADOR**, podendo junto com o boletim de subscrição constituir um único instrumento para ambos os fins.

**Instrumento Particular de Contrato de Gestão:** significa o contrato de prestação de serviços de gestão de carteiras de fundos de investimento em participações celebrado pelo **FUNDO**, representado pelo **ADMINISTRADOR**, e pelo **NOVO GESTOR**, tendo o **ADMINISTRADOR**

2415794v1

como interveniente anuente, por meio do qual o **NOVO GESTOR** se obriga a prestar ao **FUNDO** os serviços de gestão de sua carteira;

**NOVO GESTOR: BRPP GESTÃO DE PRODUTOS ESTRUTURADOS LTDA.**, sociedade empresária limitada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Surubim, nº 373, Sala 12, CEP 04571-050, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.119.959/0001-83, autorizada a prestar os serviços de administrador de carteira de valores mobiliários previsto na Instrução CVM 558/2015, conforme Ato Declaratório nº 14.519, de 30 de setembro de 2015.

**Patrimônio Líquido:** Entender-se-á por patrimônio líquido do **FUNDO** a soma do disponível, mais o valor da carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades;

**Período de Desinvestimento:** Do término do Período de Investimento até o final do prazo de duração do **FUNDO**, sem prejuízo do encerramento antecipado, conforme definição do Comitê de Investimentos pela adoção de políticas condizentes com a opção de propiciar a abertura de capital das Companhias Investidas.

**Período de Distribuição:** o período de distribuição de Cotas do **FUNDO**, devidamente indicado no artigo 42 deste Regulamento;

**Período de Investimentos:** 4 (quatro) anos, contados da 1ª (primeira) integralização de Cotas do **FUNDO**, o qual não pode ser prorrogado;

**Proposta de Investimento:** (i) qualquer proposta de investimento para aquisição de títulos e valores mobiliários de emissão das Companhias Alvo que seja submetida pelo **NOVO GESTOR** ao Comitê de Investimentos; e/ou (ii) qualquer novo projeto de geração de energia ou aquisição de ativos de geração de energia existentes a ser realizados por uma Companhia Investida;

**Proposta de Desinvestimento:** qualquer proposta de desinvestimento, tanto por parte do **FUNDO**, como das Companhias Investidas, por alienação, liquidação ou outra forma,

2415794v1

relativamente aos títulos e valores mobiliários de emissão de Companhias Investidas, à carteira de recebíveis de titularidade das Companhias Investidas ou aos ativos de geração de energia das companhias investidas, que seja submetida pelo **NOVO GESTOR** ao Comitê de Investimentos;

**Público Alvo:** investidores profissionais, pessoas físicas ou jurídicas, nos termos da regulamentação em vigor, incluindo: (i) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (ii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; e (iii) fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como “Exclusivo” e “Multimercado”, desde que destinados exclusivamente a investidores profissionais, nos termos da regulamentação vigente. Investidores não residentes poderão adquirir cotas do **FUNDO**, desde que devidamente registrados perante a CVM, nos termos da Resolução nº 4.373, de 29 de setembro de 2014 do Conselho Monetário Nacional e desde que se enquadrem como investidores profissionais nos termos da regulamentação da CVM;

**Taxa de Administração:** a taxa de administração, nos termos do Artigo 6º do Regulamento;

**Taxa de Custódia:** a taxa de custódia, nos termos do parágrafo 13º do Artigo 6º do Regulamento;

**Taxa de Performance:** a taxa de performance, nos termos do parágrafo 6º do Artigo 6º do Regulamento;

**Termo de Adesão ao Regulamento:** o Termo de Adesão ao Regulamento do **FUNDO**, por meio do qual o investidor dá ciência e concordância com relação à política de investimento e riscos do **FUNDO**, bem como adere a todas as condições do Regulamento.

**Parágrafo 2º:** O **FUNDO** destina-se exclusivamente ao Público Alvo.

## CAPÍTULO II - DA ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO

2415794v1

## E CONSULTORIA TÉCNICA

**Artigo 2º:** As atividades de administração do **FUNDO** serão exercidas pelo **ADMINISTRADOR**, que empregará, no exercício de sua atividade, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma dispensar à administração de seus próprios negócios, atuando com lealdade em relação aos interesses dos Cotistas, evitando práticas que possam ferir a relação fiduciária com eles mantida, e respondendo por quaisquer infrações ou irregularidades que venham a ser cometidas em sua gestão, conforme expressamente disposto na Instrução CVM 558, em seu Capítulo V.

**Artigo 3º:** Incluem-se entre as obrigações do **ADMINISTRADOR**:

I - manter, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem, por 05 (cinco) anos após o encerramento do **FUNDO**:

- (a) cópia da documentação relativa às operações do **FUNDO**;
- (b) o registro dos Cotistas e de transferência de Cotas;
- (c) o livro de atas de Assembleias Gerais de Cotistas e das atas de Reuniões do Comitê de Investimento, dos conselhos consultivos e comitês técnicos, conforme aplicável;
- (d) o livro ou lista de presença de Cotistas;
- (e) os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis; e
- (f) os registros e demonstrações contábeis referentes às operações realizadas pelo **FUNDO** e seu patrimônio;



II - receber dividendos, bonificações e quaisquer outros rendimentos ou valores atribuídos ao **FUNDO**;

III - pagar, às suas expensas, eventuais multas cominatórias impostas pela CVM, nos termos da legislação vigente, em razão de atrasos no cumprimento dos prazos previstos na Instrução CVM 578;

IV - elaborar, em conjunto com o **NOVO GESTOR**, relatório a respeito das operações e resultados do **FUNDO**, incluindo a declaração de que foram obedecidas as disposições da regulamentação vigente e deste Regulamento;

V - elaborar, junto com as demonstrações contábeis semestrais e anuais, parecer a respeito das operações e resultados do **FUNDO**, incluindo a declaração de que foram obedecidas as disposições da Instrução CVM 578 e deste Regulamento;

VI - no caso de instauração de procedimento administrativo pela CVM, manter a documentação referida no inciso I deste Artigo até o término do mesmo;

VII - exercer, ou diligenciar para que sejam exercidos, todos os direitos inerentes ao patrimônio e às atividades do **FUNDO**;

VIII - transferir ao **FUNDO** qualquer benefício ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de **ADMINISTRADOR** do **FUNDO**;

IX - manter os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do **FUNDO** custodiados em entidade de custódia autorizada ao exercício da atividade pela CVM, ressalvado o disposto no Artigo 37 da Instrução CVM 578;

X - elaborar e divulgar as informações previstas no Capítulo VIII da Instrução CVM 578, referentes às demonstrações contábeis e demais informações do **FUNDO**;

2415794v1

XI - cumprir as deliberações tomadas em Assembleia Geral de Cotistas;

XII - representar o **FUNDO** em juízo e fora dele, observadas as limitações legais e regulamentares em vigor, bem como o disposto neste Regulamento;

XIII - cumprir e fazer cumprir todas as disposições deste Regulamento;

XIV - comunicar à CVM, no prazo de até 08 (oito) dias contados da respectiva deliberação em Assembleia Geral de Cotistas, os seguintes atos relativos ao **FUNDO**: (a) alteração do Regulamento; (b) substituição do **ADMINISTRADOR**, do **NOVO GESTOR** e/ou do **CUSTODIANTE**; (c) fusão; (d) incorporação; (e) cisão; (f) liquidação; e (g) distribuição de novas cotas;

XV – manter atualizada junto à CVM a lista de prestadores de serviços contratados pelo **FUNDO** e informados no momento do seu registro, bem como as demais informações cadastrais; e

XVI – fiscalizar os serviços prestados por terceiros contratados pelo **FUNDO**.

**Artigo 4º:** É vedado ao **ADMINISTRADOR** e ao **NOVO GESTOR**, direta ou indiretamente, em nome do **FUNDO**:

I - receber depósitos em conta corrente;

II - contrair ou efetuar empréstimos, salvo no caso previsto no Artigo 10 da Instrução CVM 578 e demais modalidades estabelecidas pela CVM, bem como para fazer frente ao inadimplemento de cotistas que deixem de integralizar as suas Cotas subscritas;

III - prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma;

IV - negociar com duplicatas, notas promissórias, ou outros títulos não autorizados pela CVM;

V – vender Cotas à prestação, salvo no caso de utilização de mecanismos de chamada de capital;

VI - prometer rendimento predeterminado aos Cotistas;

VII - aplicar recursos:

(a) no exterior;

(b) na aquisição de imóveis;

(c) na aquisição de direitos creditórios, ressalvadas as hipóteses previstas neste Regulamento ou caso os direitos creditórios sejam emitidos por Companhias Investidas do **FUNDO**; e

(d) na subscrição ou aquisição de ações de sua própria emissão.

VIII – utilizar recursos do **FUNDO** para pagamento de seguro contra perdas financeiras de Cotistas; e

IX – praticar qualquer ato de liberalidade.

**Parágrafo 1º:** A contratação de empréstimos para fazer frente ao inadimplemento de cotistas que deixem de integralizar as suas Cotas subscritas, só pode ocorrer no valor equivalente ao estritamente necessário para assegurar o cumprimento de compromisso de investimento previamente assumido pelo **FUNDO**.

**Parágrafo 2º:** Caso existam garantias prestados pelo **FUNDO** conforme disposto no inciso III, o **ADMINISTRADOR** deve zelar pela ampla disseminação das informações sobre todas as

2415794v1

garantias existentes, por meio, no mínimo, de divulgação de fato relevante e permanente disponibilização, com destaque, das informações em sua rede mundial de computadores.

**Artigo 5º:** Sem prejuízo das atribuições que lhe são conferidas por força de lei, da regulamentação vigente e das demais disposições deste Regulamento, caberá ao **NOVO GESTOR**:

I - elaborar, em conjunto com o **ADMINISTRADOR**, relatório a respeito das operações e resultados do **FUNDO**, incluindo a declaração de que foram obedecidas as disposições da regulamentação vigente e deste Regulamento;

II - fornecer aos Cotistas que assim requererem, estudos e análises de investimento para fundamentar as decisões a serem tomadas em Assembleia Geral de Cotistas, incluindo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e respectivas decisões;

III - fornecer aos Cotistas, que, isolada ou conjuntamente, sendo titulares de pelo menos 10% (dez por cento) das Cotas emitidas, assim requererem, atualizações periódicas dos estudos e análises que permitam o acompanhamento dos investimentos realizados, objetivos alcançados, perspectivas de retorno e identificação de possíveis ações que maximizem o resultado do investimento;

IV - custear as despesas de propaganda do **FUNDO**;

V - exercer, ou diligenciar para que sejam exercidos, todos os direitos inerentes ao patrimônio e às atividades do **FUNDO**;

VI - transferir ao **FUNDO** qualquer benefício ou vantagem que possa alcançar em virtude de sua condição de **NOVO GESTOR**;

VII - firmar, em nome do **FUNDO**, os acordos de acionistas das Companhias Investidas do **FUNDO**;

VIII - manter a efetiva influência na definição da política estratégica e na gestão das Companhias Investidas, nos termos do Artigo 6º da Instrução CVM 578, bem como assegurar a observância das práticas de governança previstas neste Regulamento e no Artigo 8º na Instrução CVM 578;

IX - cumprir as deliberações da Assembleia Geral de Cotistas no tocante às atividades de gestão;

X - cumprir e fazer cumprir todas as disposições do Regulamento do **FUNDO** aplicáveis às atividades de gestão da carteira;

XI - contratar, em nome do **FUNDO**, bem como coordenar, os serviços de assessoria e consultoria correlatos aos investimentos e desinvestimentos do **FUNDO** nos ativos previstos no Artigo 5º da Instrução CVM 578; e

XII - fornecer ao **ADMINISTRADOR** todas as informações e documentos necessários para que este possa cumprir suas obrigações, incluindo, dentre outros: (a) as informações necessárias para que o **ADMINISTRADOR** determine se o **FUNDO** se enquadra ou não como entidade de investimento, nos termos da regulamentação contábil específica; (b) as demonstrações contábeis auditadas das Companhias Investidas previstas no inciso VI do Artigo 8º da Instrução CVM 578, quando aplicável; e (c) o laudo de avaliação do valor justo das Companhias Investidas, quando aplicável nos termos da regulamentação contábil específica, bem como todos os documentos necessários para que o **ADMINISTRADOR** possa validá-lo e formar suas conclusões acerca das premissas utilizadas pelo **NOVO GESTOR** para o cálculo do valor justo.

**Parágrafo 1º:** O **NOVO GESTOR** atuará sob a supervisão direta de seu diretor responsável, inclusive perante a CVM, o Sr. **PEDRO DUARTE GUIMARÃES**, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 08.088.253-3, IFP-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 2415794v1

016.700.677-00, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Surubim, nº 373, 1º andar, Brooklin Novo, CEP 04571-050, autorizado pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira por meio do Ato Declaratório Nº 15.418, de 27 de dezembro de 2016.

**Parágrafo 2º:** Na hipótese de desligamento do Sr. **Pedro Duarte Guimarães** da equipe de gestão junto ao **NOVO GESTOR**, por qualquer motivo, incluindo, mas não limitado a: (i) venda de participação societária; (ii) demissão voluntária; (iii) demissão involuntária com ou sem justa causa; ou (iv) falecimento ou doença, o **NOVO GESTOR** deverá indicar substituto de qualificação técnica equivalente, em até 90 (noventa) dias da data do evento, devendo esta indicação ser submetida à aprovação em Assembleia Geral de Cotistas a realizar-se neste prazo. **Parágrafo 3º:** Caso (i) o **NOVO GESTOR** não realize a indicação de substituto(s) na forma do parágrafo acima ou (ii) os Cotistas reunidos em Assembleia Geral de Cotistas resolvam não aprovar o(s) substituto(s) indicado(s) pelo **NOVO GESTOR**, nos termos do parágrafo 2º deste Artigo, poderá ser deliberada a liquidação antecipada do **FUNDO**.

**Parágrafo 4º:** O **FUNDO** foi gerido pelo Antigo Gestor durante o período compreendido entre a data de sua constituição e a Data de Início da Nova Gestão, oportunidade em que os cotistas decidiram pela eleição do **NOVO GESTOR**. Até a Data de Início da Nova Gestão, o **NOVO GESTOR** nunca teve qualquer relação de prestação de serviços estabelecida com o **FUNDO**, não participou da estruturação inicial do **FUNDO**, das distribuições de cotas e processos de seleção e decisão para aquisição ou alienação de companhias e quaisquer outros valores mobiliários e ativos financeiros integrantes da carteira do **FUNDO**, procedimentos que correram sob responsabilidade da Antiga Gestora. Portanto, todos os deveres e obrigações assumidos pelo **NOVO GESTOR** neste Regulamento dizem respeito aos atos praticados pelo **NOVO GESTOR** a partir da Data de Início da Nova Gestão, não sendo este responsável por atos ou omissões praticados pelo Antigo Gestor, ainda que sejam verificados após a Data de Início da Nova Gestão.

**Parágrafo 5º:** A competência para gerir a carteira do **FUNDO**, que engloba as atribuições de seleção, avaliação, aquisição, alienação, subscrição, conversão, permuta e exercício dos demais direitos inerentes aos ativos e às modalidades operacionais que integrem a carteira do **FUNDO**, cabe com exclusividade ao **NOVO GESTOR**.

**Parágrafo 6º:** Caberá ao **NOVO GESTOR** realizar a gestão profissional dos ativos integrantes da carteira do **FUNDO**, com poderes para (i) negociar e contratar, em nome do **FUNDO**, os referidos ativos e os intermediários para realizar tais operações, representando o **FUNDO**, para todos os fins de direito, para essa finalidade; (ii) negociar e contratar, em nome do **FUNDO**, terceiros para a prestação de serviços de assessoria e consultoria relacionados diretamente com o investimento ou o desinvestimento nos ativos de emissão das Companhias Alvo, conforme estabelecido na política de investimentos; e (iii) monitorar os ativos investidos pelo **FUNDO** e exercer o direito de voto decorrente desses ativos, realizando todas as demais ações necessárias para tal exercício, observado o disposto na política de voto do **NOVO GESTOR**.

**Parágrafo 7º:** Observadas as limitações legais e da Instrução CVM 578 e deste Regulamento, o **NOVO GESTOR** terá poderes para exercer todos os direitos inerentes à gestão dos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do **FUNDO**, inclusive o de ação e o de comparecer e votar em assembleias gerais e especiais de acordo com as orientações do Comitê de Investimentos, podendo, ainda, no exercício de suas funções, adquirir e alienar títulos e valores mobiliários, nos termos deste Regulamento e praticar todos os atos necessários à gestão da carteira do **FUNDO**.

**Parágrafo 8º:** Caberá ao **ADMINISTRADOR** por solicitação do **NOVO GESTOR**: (i) realizar chamadas de capital para integralização de Cotas nos termos deste Regulamento e dos Instrumentos Particulares de Compromisso de Investimento, inclusive para a realização de investimentos pelo **FUNDO**, informando aos respectivos investidores e Cotistas, no mesmo ato, acerca dos prazos estabelecidos pelo Comitê de Investimentos para a realização dos investimentos objeto das chamadas, se for o caso; e (ii) rescindir ou renegociar os termos de

qualquer Instrumento Particular de Compromisso de Investimento somente quando assim previamente aprovado pela Assembleia Geral de Cotistas e nos termos por ela deliberados.

**Parágrafo 9º:** Sempre que forem requeridas informações na forma prevista nos incisos II e III deste Artigo, o **NOVO GESTOR**, em conjunto com o **ADMINISTRADOR** poderá submeter a questão à prévia apreciação da Assembleia Geral de Cotistas, tendo em conta os interesses do **FUNDO** e dos demais Cotistas, e eventuais conflitos de interesses em relação a conhecimentos técnicos e às empresas nas quais o **FUNDO** tenha investido, ficando, nesta hipótese, impedidos de votar os Cotistas que requereram a informação.

**Artigo 6º:** Pelos serviços de administração do **FUNDO**, neles compreendidos as atividades de administração do **FUNDO**, gestão do seu Patrimônio Líquido, tesouraria, controle e processamento dos títulos e valores mobiliários integrantes de sua carteira, distribuição de suas Cotas, escrituração da emissão e resgate de suas Cotas e consultorias, o **FUNDO** pagará ao **NOVO GESTOR** e ao **ADMINISTRADOR** uma Taxa de Administração na forma dos parágrafos seguintes.

**Parágrafo 1º:** A Taxa de Administração incidirá sobre o Capital Comprometido ou sobre o Patrimônio Líquido do **FUNDO** e será calculada e provisionada diariamente sobre: (i) o Capital Comprometido, durante o Período de Investimentos, e (ii) o Patrimônio Líquido do **FUNDO**, durante o Período de Desinvestimento, sempre considerando o valor diário do Patrimônio Líquido do **FUNDO**, na base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, bem como o disposto nos Parágrafos 3º a 5º abaixo. A Taxa de Administração será paga mensalmente pelo **FUNDO** até o 5º (quinto) dia útil ao encerramento do mês subsequente ao seu vencimento, ou, proporcionalmente, quando da amortização ou resgate das Cotas.

**Parágrafo 2º:** Para fins de cálculo de Taxa de Administração será de até 0,30% (zero vírgula trinta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, ao ano, com um mínimo mensal de R\$ 32.500,00 (trinta e dois mil e quinhentos reais).



**Parágrafo 5º:** A Taxa de Administração será paga diretamente pelo **FUNDO** ao **ADMINISTRADOR** e ao **NOVO GESTOR**, sendo que os percentuais da Taxa de Administração a serem pagos pelo **FUNDO** ao **ADMINISTRADOR** e ao **NOVO GESTOR** encontram-se indicados no Instrumento Particular de Contrato de Gestão.

**Parágrafo 6º:** Adicionalmente à Taxa de Administração, será devida, pelo **FUNDO** ao **NOVO GESTOR** uma Taxa de Performance devida como uma remuneração adicional ao **NOVO GESTOR** a qual será calculada sobre o valor absoluto de venda dos ativos do **FUNDO**, considerando o montante que o fundo diretamente ou indiretamente por meio de uma das Companhias Investidas fizer jus ao recebimento, conforme os percentuais e os critérios de valor e prazo estabelecidos na tabela abaixo :

PERÍODO	Valor inferior ao Laudo PWC de 06.2017	Valor Superior ao Laudo PWC de 06.2018
Até 26.09.2019	4% do total da operação	5% do total da operação
Após 26.09.2019	2% do total da operação	3% do total da Operação

**Parágrafo 8º:** A Taxa de Performance não será devida ao **NOVO GESTOR** nas hipóteses de destituição ou substituição do **NOVO GESTOR** por justa causa, ou seja, nos casos de:

I - comprovação de que o **NOVO GESTOR** atuou com culpa, negligência, imprudência, imperícia, fraude ou violação de normas e de regras do Regulamento, no desempenho de suas funções;

II - impedimento do **NOVO GESTOR** de exercer, temporária ou permanentemente, atividades no mercado de valores mobiliários brasileiro;

## **NOVO GESTOR**

2415794v1

**Parágrafo 9º:** Para efeitos do disposto neste Regulamento, entende-se por dia útil qualquer dia que não sábado, domingo ou feriados de âmbito nacional ou ainda dias em que, por qualquer motivo, nacionalmente não houver expediente bancário ou não funcionar o mercado financeiro.

**Parágrafo 1310º:** Nas hipóteses de Encerramento Antecipado da Gestão, o **NOVO GESTOR** deverá permanecer no exercício de suas funções até ser substituído ou até a data da efetiva liquidação do **FUNDO**, conforme o caso, devendo receber, para tanto, a Taxa de Administração e quaisquer valores devidos referentes à Taxa de Performance apurados neste período.

**Parágrafo 11º:** A taxa máxima cobrada pelo serviço de custódia do **FUNDO** será de 0,10% (um décimo por cento) sobre o valor do patrimônio líquido do **FUNDO**, apropriando todas as variações, positivas ou negativas, em razão da avaliação ou reavaliação dos ativos do **FUNDO**, observado o valor mínimo mensal de R\$ 2.000.00 (dois mil reais).

**Parágrafo 12º:** A taxa de custódia será calculada à base de 1/252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ao ano, sendo provisionada diariamente e paga mensalmente no 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido.

**Artigo 7º:** O **FUNDO** não tem taxa de ingresso e/ou de saída.

**Artigo 8º:** O Consultor Técnico terá as seguintes funções:

I – assessorar, do ponto de vista de engenharia e técnica de geração de energia, as decisões do Comitê de Investimentos;

II – supervisionar, do ponto de vista de engenharia e técnica de geração de energia, os investimentos do **FUNDO**;

III – assessorar, do ponto de vista de engenharia e técnica de geração de energia, a prestação de contas do **GESTOR**, especialmente em referência ao acompanhamento da execução do plano de negócios de cada projeto em que o **FUNDO** investir;

IV – monitorar, do ponto de vista de engenharia e técnica de geração de energia, o desempenho do **FUNDO**; e

V – participar como convidado, sem direito a voto, das reuniões do Comitê de Investimentos.

**Parágrafo Único:** Pelos serviços prestados nos termos do *caput* deste Artigo, o Consultor Técnico fará *jus* a uma remuneração correspondente a 0,2% (zero vírgula dois por cento) da remuneração do **GESTOR**, após descontada a Taxa de Administração do **ADMINISTRADOR**.

### **CAPÍTULO III - SUBSTITUIÇÃO DO ADMINISTRADOR E/OU DO NOVO GESTOR**

**Artigo 10º:** O **ADMINISTRADOR** e/ou o **NOVO GESTOR** poderão renunciar ao exercício de suas atribuições perante o **FUNDO**, respeitado o prazo estipulado pelo parágrafo 3º deste Artigo 9º.

**Parágrafo 1º:** A CVM, no uso de suas atribuições legais, poderá descredenciar o **ADMINISTRADOR** e/ou o **NOVO GESTOR** em conformidade com as normas que regulam o exercício da atividade profissional de administração de carteira de valores mobiliários.

**Parágrafo 2º:** Nas hipóteses de renúncia ou descredenciamento, ficará o **ADMINISTRADOR**, o **NOVO GESTOR**, obrigados a convocar, imediatamente, a Assembleia Geral de Cotistas para eleger seu substituto ou o substituto do **NOVO GESTOR**, conforme o caso, a se realizar no prazo de até 15 (quinze) dias, sendo também obrigação dos Cotistas que detenham ao menos 5% (cinco por cento) das Cotas subscritas, nos casos de renúncia, ou à CVM, nos casos de descredenciamento, a convocação da Assembleia Geral de Cotistas para tal fim, ou ainda, por qualquer cotista caso não ocorra convocação por nenhuma dessas pessoas.

2415794v1

**Parágrafo 3º:** No caso de renúncia, o **ADMINISTRADOR** ou o **NOVO GESTOR**, conforme o caso, deverá permanecer no exercício de suas funções até à sua efetiva substituição, que deve ocorrer no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de liquidação do **FUNDO** pelo **ADMINISTRADOR**.

**Parágrafo 4º:** No caso de descredenciamento do **ADMINISTRADOR** ou do **NOVO GESTOR**, pela CVM, esta deverá nomear Administrador temporário até a eleição de novo administrador para o **FUNDO**.

**Parágrafo 5º:** O **ADMINISTRADOR** e o **NOVO GESTOR** responderão pelos prejuízos causados aos Cotistas quando procederem com culpa ou dolo, com violação da lei, das normas editadas pela CVM e deste Regulamento.

#### **CAPÍTULO IV - DA CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS**

**Artigo 10:** As atividades de custódia e tesouraria do **FUNDO**, serão exercidas pelo **CUSTODIANTE**, às expensas do **FUNDO**.

**Parágrafo Único:** O **CUSTODIANTE** é responsável pelas seguintes atividades:

I - a abertura e movimentação de contas bancárias em nome do **FUNDO**;

II - o recebimento de recursos a título de integralização de Cotas e o pagamento de valores aos Cotistas a título de amortização ou resgate das Cotas, nas hipóteses previstas neste Regulamento;

III - o recebimento de dividendos e quaisquer outros rendimentos oriundos da carteira do **FUNDO** e demais aplicações do **FUNDO**; e

IV - a liquidação financeira de todas as operações do **FUNDO**.

**Artigo 11:** A distribuição das Cotas do **FUNDO** será realizada em regime de melhores esforços pelo **ADMINISTRADOR**, na qualidade de intermediário líder. Outros distribuidores e agentes, desde que devidamente habilitados, poderão ser contratados para prestar serviços de distribuição ao **FUNDO**.

**Artigo 12:** Quaisquer terceiros contratados pelo **FUNDO** responderão pelos prejuízos causados aos Cotistas quando procederem com culpa ou dolo, com violação da lei, das normas editadas pela CVM e deste Regulamento.

## **CAPÍTULO V - DOS OBJETIVOS DO FUNDO**

**Artigo 13:** O objetivo do **FUNDO** é proporcionar aos Cotistas a valorização de suas Cotas, observada a política de investimento definida no Capítulo VII abaixo, por meio de investimentos na aquisição direta de ações ou títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão das Companhias Alvo de forma que o **FUNDO** venha a participar do processo decisório das Companhias Investidas, com efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão.

## **CAPÍTULO VI - DOS REQUISITOS APLICÁVEIS ÀS COMPANHIAS INVESTIDAS**

**Artigo 14:** Os investimentos do **FUNDO** só poderão ser realizados, nos termos deste Regulamento, se a Companhia Alvo, no momento da aprovação do investimento pelo Comitê de Investimentos:

I – apresentar plano de negócios compatível com os objetivos do **FUNDO** e orçamento aprovado pelo Comitê de Investimentos;

II – apresentar os projetos desenvolvidos ou a desenvolver acompanhados de estudo de viabilidade econômica;

III - possuir, ou se comprometer a implantar o Sistema de Gestão da Qualidade ISO 9000;

IV – minimização dos eventuais efeitos nocivos ao meio ambiente decorrentes de suas atividades;

V – adoção de boas práticas de gestão de recursos humanos;

VI - não estiver em processo de recuperação extrajudicial, judicial, falimentar ou concordata, ou, ainda, sob intervenção de qualquer autoridade competente, bem como não ter passado por referidos processos nos últimos 02 (dois) anos;

VII – proibição de emissão de partes beneficiárias e inexistência desses títulos em circulação;

VIII – estabelecimento de um mandato unificado de 1 (um) ano para todo o Conselho de Administração;

IX – disponibilização aos acionistas de contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da companhia;

X – adesão a câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários;

XI – no caso de obtenção de registro de companhia aberta categoria A, obrigar-se, perante o **FUNDO**, a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, níveis diferenciados de práticas de governança corporativa previstos nos incisos anteriores; e

XII – auditoria anual de suas demonstrações contábeis por auditores independentes registrados na CVM.

**Parágrafo 1º:** Os investimentos que não atendam a qualquer uma das condições descritas nos incisos I a VI do *caput* deste Artigo, ou cujo atendimento a tais condições seja, a critério do **NOVO GESTOR**, de difícil aferição (em função da estrutura societária da Companhia Alvo ou quaisquer outros motivos), só poderão ser realizados se previamente aprovados pelo Comitê de Investimentos.

**Parágrafo 2º:** O **NOVO GESTOR** deverá diligenciar ativamente e emendar seus melhores esforços para que os incisos do *caput* deste Artigo continuem a ser observados pela Companhia Investida, especialmente em relação à manutenção dos sistemas de gestão e certificação mencionados, enquanto perdurar o investimento pelo **FUNDO** na Companhia Investida.

**Parágrafo 3º:** O **CUSTODIANTE** o Consultor Técnico, o **NOVO GESTOR** e o **ADMINISTRADOR** não responderão por eventual não observância, pela Companhia Investida, de uma ou mais das condições acima após a realização do investimento que tenha sido previamente aprovado pelo Comitê de Investimentos e/ou pela Assembleia Geral de Cotistas, nos termos deste Regulamento. Não obstante, na realização dos investimentos pelo **FUNDO**, caberá ao **NOVO GESTOR** estabelecer que o cumprimento de tais condições seja expressamente previsto no contrato de compra e venda de ações, acordo de acionistas e demais documentos pertinentes à aquisição de participação acionária pelo **FUNDO**, bem como exigir da administração da Companhia Investida a observância de tais condições e, se necessário, comunicar ao Comitê de Investimentos acerca de eventual descumprimento de que tenha ciência, a fim de que este delibere acerca das providências a serem tomadas junto à Companhia Investida e seus administradores.

**Parágrafo 4º:** Em relação a investimentos em Companhias Alvo, além dos requisitos estabelecidos no *caput* deste Artigo, estes somente poderão ser realizados nos termos deste Regulamento e da Resolução CMN nº 3.792/2009.

2415794v1

## CAPÍTULO VII - DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA

**Artigo 15:** A carteira do **FUNDO** será composta por ações ou títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão das Companhias Investidas, de forma que o **FUNDO** venha a participar do processo decisório das Companhias Investidas, com efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão.

**Parágrafo 1º:** Visando a atingir o objetivo proposto, o **FUNDO** participará no processo decisório das Companhias Investidas, de uma das seguintes maneiras:

I - detenção de ações de emissão das Companhias Investidas que integrem o respectivo bloco de controle da mesma;

II - celebração de acordo de acionistas com outros acionistas das Companhias Investidas;

III - eleição de membro(s) do Conselho de Administração com representatividade suficiente para influir na administração das Companhias Investidas, assegurando ao **FUNDO** participação no processo decisório das mesmas, ainda que por meio de direito de veto, em definições estratégicas e na gestão das Companhias Investidas; ou

IV - pela celebração de qualquer contrato, acordo, negócio jurídico ou a adoção de outro procedimento que assegure ao **FUNDO** efetiva influência na definição da política estratégica e na gestão das Companhias Investidas, inclusive por meio da indicação de membros do conselho de administração das Companhias Investidas.

**Parágrafo 2º:** Fica dispensada a participação do **FUNDO** no processo decisório das Companhias Investidas quando:





I - o investimento do **FUNDO** na Companhia Investida for reduzido a menos da metade do percentual originalmente investido e passe a representar parcela inferior a 15% (quinze) do capital social da Companhia Investida; ou

II - o valor contábil do investimento tenha sido reduzido a zero e haja deliberação dos Cotistas reunidos em Assembleia Geral de Cotistas mediante aprovação da maioria das Cotas subscritas presentes.

**Parágrafo 3º:** O requisito de efetiva influência na definição da política estratégica e na gestão das Companhias Investidas não se aplica às Companhias Investidas listadas em segmento especial de negociação de valores mobiliários, instituído por bolsa de valores ou por entidade do mercado de balcão organizado, voltado ao mercado de acesso, que assegure, por meio de vínculo contratual, padrões de governança corporativa mais estritos que os exigidos por lei, desde que correspondam a até 35% (trinta e cinco por cento) do Capital Subscrito do **FUNDO**. Tal limite será de 100% (cem por cento) durante o prazo de aplicação dos recursos, estabelecido em até 6 (seis) meses contados de cada um dos eventos de integralização de cotas.

**Parágrafo 4º:** Os recursos não investidos na forma do *caput* deste Artigo deverão ser alocados nos seguintes ativos financeiros de renda fixa: (a) títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Banco Central do Brasil; e/ou (b) cotas de fundos de investimento administrados por instituições de primeira linha, a critério do **NOVO GESTOR**, que invistam, exclusivamente, em títulos públicos; (c) cotas de fundos referenciados DI ou renda fixa, inclusive os administrados ou geridos pelo **ADMINISTRADOR**, **NOVO GESTOR** ou empresas ligadas.

**Parágrafo 5º:** O total de aplicações nos ativos referidos nos incisos (b) e (c) do parágrafo 4º acima, administrados por um mesmo administrador e/ou gestor não poderá ser superior a 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do **FUNDO**.

**Parágrafo 6º:** O **FUNDO** poderá realizar operações em que o **ADMINISTRADOR** ou fundos de investimentos e carteiras administradas geridos e/ou administrados pelo **ADMINISTRADOR** e/ou

2415794v1

pelo **NOVO GESTOR** atuem como contraparte do **FUNDO**, desde que previamente aprovados pela maioria dos Cotistas do **FUNDO**, nos termos da regulamentação vigente.

**Parágrafo 7º:** A execução da política de investimento do **FUNDO**, bem como o cumprimento dos percentuais de diversificação e composição da carteira do **FUNDO** será responsabilidade do **NOVO GESTOR**, em atenção às decisões do Comitê de Investimentos e conforme estabelecido neste Regulamento.

**Parágrafo 8º:** A partir de cada integralização de Cotas do **FUNDO**, o **NOVO GESTOR** buscará, no prazo de 90 (noventa) dias, efetivar as correspondentes capitalizações nas Companhias Investidas.

**Parágrafo 9º:** Os recursos não alocados em Companhias Alvo serão aplicados nos ativos financeiros de renda fixa descritos no parágrafo 4º acima até que seja possível a realização dos investimentos nas Companhias Alvo ou nas Companhias Investidas ou até o final do Período de Investimentos do **FUNDO**.

**Parágrafo 10º:** O prazo estabelecido no parágrafo 6º acima não significa garantia de investimento dos recursos aplicados no **FUNDO** por parte do **ADMINISTRADOR** ou do **NOVO GESTOR**, sendo que, caso os recursos não sejam aplicados até o final do Período de Investimentos do **FUNDO**, tais recursos serão restituídos aos Cotistas quando da primeira amortização de Cotas do **FUNDO**.

**Parágrafo 11º:** Em relação aos possíveis conflitos de interesse que possam eventualmente surgir, são descritas as seguintes situações, as quais dependerão de aprovação prévia dos Cotistas do **FUNDO**, nos termos do Artigo 28 deste Regulamento:

I - a realização de operações, pelo **FUNDO**, em que este figure como contraparte das pessoas mencionadas no inciso I do *caput* do Artigo 28 abaixo, bem como de outros fundos de

investimento ou carteira de valores mobiliários administrados pelo **ADMINISTRADOR** e/ou pelo **NOVO GESTOR**, quando houver;

II - o **FUNDO** poderá realizar investimentos nas Companhias Alvo em conjunto com terceiros, excluindo-se as pessoas indicadas no inciso I do *caput* do Artigo 28 infra, inclusive em conjunto com outros fundos de investimento; e

III - o **NOVO GESTOR**, fundos de investimento por ele administrados e/ou geridos, bem como empresas ligadas, controladas e coligadas ao **NOVO GESTOR** somente poderão realizar investimentos em novas companhias que atuem no mesmo segmento das Companhias Alvo após a indicação para análise e reprovação prévias de tais investimentos pelo Comitê de Investimentos, ou após o encerramento do Período de Investimentos do **FUNDO**.

**Artigo 16:** É vedado ao **FUNDO** a realização de operações com derivativos, exceto quando tais operações forem realizadas exclusivamente para fins de proteção patrimonial.

**Parágrafo Único:** Para o efeito do disposto no *caput*, as operações com derivativos devem ser realizadas em mercados administrados por bolsas de mercadorias e de futuros, na modalidade “com garantia”.

**Artigo 17:** O **FUNDO** deverá realizar os investimentos definidos na forma deste Regulamento durante o Período de Investimentos.

**Parágrafo 1º:** Excepcionalmente, o **FUNDO** poderá realizar investimentos após o Período de Investimentos, sem necessidade de obtenção de aprovação prévia do Comitê de Investimentos, desde que esses investimentos:

I - sejam decorrentes de obrigações assumidas pelo **FUNDO** e aprovadas pelo Comitê de Investimentos, antes do término do Período de Investimentos, mas cujos desembolsos não tenham sido totalmente efetuados até o encerramento do Período de Investimentos; ou

2415794v1

II - tenham sido anteriormente aprovados pelo Comitê de Investimentos, mas não tenham sido efetuados até o encerramento do Período de Investimentos em razão de não atenderem a condição específica que venha a ser atendida após o encerramento do Período de Investimentos.

**Parágrafo 2º:** Os recursos oriundos da alienação parcial ou total dos investimentos do **FUNDO** nas Companhias Investidas ocorridas durante o Período de Investimentos poderão, a critério do Comitê de Investimentos, ser utilizados para a realização de novos investimentos em Companhias Alvo até o início do Período de Desinvestimentos.

**Parágrafo 3º:** Os recursos oriundos de frutos de investimento do **FUNDO** nas Companhias Investidas poderão, após a sua incorporação ao **FUNDO**, ser distribuídos aos Cotistas por meio da amortização de Cotas, nos termos do Artigo 50 deste Regulamento.

**Artigo 18:** Todos os resultados auferidos pelo **FUNDO** serão incorporados ao seu patrimônio, com exceção daqueles que venham a ser distribuídos aos Cotistas do **FUNDO** sob a forma de dividendos, nos termos do Artigo 51 deste Regulamento.

**Artigo 19:** Não existe qualquer promessa do **FUNDO**, do **ADMINISTRADOR**, do **NOVO GESTOR** ou do **CUSTODIANTE** acerca da rentabilidade das aplicações dos recursos do **FUNDO**.

## **CAPÍTULO VIII - COMITÊ DE INVESTIMENTOS E REALIZAÇÃO DE INVESTIMENTOS**

**Artigo 20:** O **FUNDO** terá um Comitê de Investimentos, que terá as seguintes funções e atribuições com o intuito de auxiliar a gestão da carteira do **FUNDO**:

I - discutir metas e diretrizes de investimento e desinvestimento do **FUNDO**, bem como sobre a realização de investimentos pelo **FUNDO** após o término do Período de Investimentos;

2415794v1

II - deliberar sobre as Propostas de Investimento e Desinvestimento;

III - deliberar sobre a realização de qualquer acordo ou operação, tendo por objeto a desconstituição, substituição ou liberação de quaisquer garantias, no todo ou em parte, relacionadas aos investimentos nas Companhias Investidas;

IV - dirimir questões relativas a conflitos de interesse relacionados às deliberações de Proposta de Investimento e às Propostas de Desinvestimento, hipóteses em que o(s) membro(s) do Comitê de Investimentos que representa(m) a parte que possa estar envolvida no potencial conflito deve(m) se abster de votar;

V - acompanhar as atividades do **ADMINISTRADOR** e do **NOVO GESTOR** e suas respectivas obrigações referentes do **FUNDO**;

VI - acompanhar o desempenho da carteira do **FUNDO** por meio dos relatórios elaborados pelo **NOVO GESTOR**;

VII - aprovar os novos critérios de avaliação dos ativos do **FUNDO** a serem adotados pelo **NOVO GESTOR**, estando a sua efetiva aplicação sujeita à prévia aprovação dos novos critérios pelo **ADMINISTRADOR**;

VIII - deliberar sobre a prorrogação do Período de Investimentos por um prazo máximo de 03 (três) anos;

IX - vetar as amortizações de Cotas, nos termos do Artigo 50 deste Regulamento;

X - estabelecer os prazos para realização dos investimentos após a integralização das Cotas a cada chamada feita pelo **ADMINISTRADOR**, bem como deliberar sobre a prorrogação de tais prazos; e

2415794v1

XI - indicar um representante do **FUNDO** que integrará o Conselho de Administração, a Diretoria e/ou outros órgãos de administração das Companhias Investidas, de forma a aprovar e acompanhar os investimentos e desinvestimentos a serem realizados pela Companhia Investida.

**Parágrafo Único:** A execução das recomendações do Comitê de Investimentos será de responsabilidade do **NOVO GESTOR**, conforme estabelecido neste Regulamento.

**Artigo 21:** O Comitê de Investimentos será composto por no mínimo 04 (quatro) e no máximo 11 (onze) membros, sendo, necessariamente:

I – 02 (dois) membros indicados pelo **NOVO GESTOR**;

II- até 07 (sete) membros indicados pelos Cotistas;

III - o Consultor Jurídico, sem direito a voto; e

IV - o Consultor Técnico, sem direito a voto.

**Parágrafo 1º:** Todos os membros do Comitê de Investimentos deverão ter reputação ilibada, a ser declarada quando da sua posse no cargo de membro do Comitê, podendo ser indicados funcionários, diretores e representantes do **NOVO GESTOR** e/ou dos Cotistas, conforme o caso, devendo ainda, observar os deveres e vedações previstas na regulamentação específica sobre o exercício profissional de administrador de carteiras.

**Parágrafo 2º:** O prazo de mandato dos membros do Comitê de Investimentos será de 01 (um) ano, sendo admitida a reeleição, podendo os prazos dos mandatos não ser coincidentes.

**Parágrafo 3º:** Os membros do Comitê de Investimentos poderão renunciar a seu cargo mediante comunicação por escrito encaminhada com 05 (cinco) dias de antecedência ao

2415794v1

**ADMINISTRADOR**, que deverá informar a todos os demais membros do Comitê, bem como aos Cotistas do **FUNDO**, sobre tal renúncia.

**Parágrafo 4º:** Os membros do Comitê de Investimentos serão nomeados pelo **NOVO GESTOR** e pelos Cotistas em Assembleia Geral a ser especialmente convocada para esse fim quando do início do **FUNDO** e a cada vacância de cargo ou término de mandato.

**Parágrafo 5º:** Cada Cotista com participação igual ou superior a 10% do total das Cotas integralizadas poderá indicar um membro do Comitê de Investimento; se houver mais Cotistas com participação igual ou superior aos 10% antes indicados, será feita votação em separado por esses Cotistas para a indicação dos 7 (sete) membros do Comitê de Investimentos indicados pelos Cotistas. O Comitê terá sua composição aumentada, na razão de 1 (um) novo assento para cada Cotista nesta situação, até ao máximo de 7 (sete) assentos indicados pelos Cotistas. Na hipótese de haver número par de membros no Comitê, caberá aos membros indicados pelo **NOVO GESTOR** o voto de qualidade.

**Parágrafo 6º:** Os membros do Comitê de Investimentos e seus respectivos suplentes não receberão qualquer remuneração do **FUNDO** pelo exercício de suas funções.

**Artigo 22:** Participarão das reuniões do Comitê de Investimentos, sem direito a voto e na condição de convidados, o representante do Consultor Técnico e do Consultor Jurídico oferecendo esclarecimentos relativos às suas funções, descritas, respectivamente, nos Artigos 8º e 23.

**Parágrafo Único:** O Comitê de Investimentos funcionará regularmente ainda que o representante do Consultor Técnico e/ou o Consultor Jurídico esteja ausente ou que o próprio cargo esteja vago.

**Artigo 23:** O Consultor Jurídico participará do Comitê de Investimentos, na forma do art. 22, tendo por função opinar sobre os aspectos jurídicos dos temas submetidos à deliberação do Comitê de Investimentos.

**Parágrafo 1º:** O Consultor Técnico e o Consultor Jurídico poderão renunciar à sua participação no Comitê de Investimentos mediante comunicação por escrito encaminhada com 30 (trinta) dias de antecedência ao **ADMINISTRADOR** e ao **GESTOR**, devendo o **ADMINISTRADOR** informar a todos os demais membros do Comitê, bem como aos Cotistas do **FUNDO**, sobre tal renúncia, convocando-se a Assembleia Geral para nomeação de substituto e atualização do Regulamento.

**Parágrafo 2º:** O Consultor Jurídico e o Consultor Técnico poderá ser destituído por deliberação da Assembleia Geral, convocada por iniciativa do **ADMINISTRADOR**, do **GESTOR** ou de Cotistas representantes de 5% (cinco por cento) das Cotas subscritas.

**Parágrafo 3º:** O Consultor Jurídico poderá prestar outros serviços de assessoria jurídica ao **FUNDO** mediante contratação e remuneração em separado.

**Parágrafo 4º:** Pela participação no Comitê de Investimentos, o Consultor Jurídico fará *jus* a uma remuneração correspondente a 0,1% (zero vírgula um por cento) da remuneração do **GESTOR**, após descontada a Taxa de Administração do **ADMINISTRADOR**.

**Artigo 24:** O presidente do Comitê de Investimentos será um dos membros indicados pelo **NOVO GESTOR**. Caberá ao presidente do Comitê de Investimentos (i) convocar reuniões do Comitê de Investimentos, (ii) conduzir as reuniões do Comitê de Investimentos, (iii) nomear o secretário das reuniões do Comitê de Investimentos, dentre outras atribuições mencionadas neste Regulamento.

**Artigo 25:** O Comitê se reunirá, ordinariamente, 02 (duas) vezes a cada ano e, extraordinariamente, sempre que assim exigirem os interesses sociais do **FUNDO**, sempre na sede do **NOVO GESTOR**, mediante convocação do presidente do Comitê de Investimentos feita

2415794v1



por iniciativa própria, ou mediante solicitação do **ADMINISTRADOR**, do **NOVO GESTOR** ou de quaisquer outros 02 (dois) membros do Comitê de Investimentos em conjunto, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis para a primeira convocação e de 05 (cinco) dias úteis para a segunda convocação.

**Parágrafo 1º:** A convocação será realizada por qualquer meio de comunicação cuja comprovação de recebimento pelos membros do Comitê de Investimentos seja possível, e desde que o fim pretendido seja atingido, tais como envio de correspondência com aviso de recebimento, fac-símile e correio eletrônico (*email*), sendo a convocação dispensada quando estiverem presentes à reunião todos os membros do Comitê de Investimentos. Ainda, admite-se que a segunda convocação da reunião do Comitê de Investimentos seja providenciada juntamente com a correspondência de primeira convocação.

**Parágrafo 2º:** As reuniões do Comitê de Investimentos serão validamente instaladas com o quorum de, no mínimo, a maioria simples de seus membros votantes, sendo imprescindível para a instalação do Comitê de Investimentos, em qualquer hipótese, a presença de pelo menos 01 (um) representante do **NOVO GESTOR** e 01 (um) representante dos Cotistas.

**Parágrafo 3º:** Cada membro votante do Comitê de Investimentos terá direito a 01 (um) voto nas deliberações do Comitê de Investimentos, observada a restrição prevista no parágrafo abaixo, sendo que as decisões serão tomadas em reunião por maioria simples de votos dos membros presentes. Em caso de empate de votos, prevalecerá a deliberação que contar com o voto do Presidente do Comitê de Investimentos.

**Parágrafo 4º:** Todos os membros do Comitê de Investimentos deverão informar por escrito aos demais integrantes do Comitê de Investimentos, ao **ADMINISTRADOR** e ao **NOVO GESTOR**, que deverão informar aos Cotistas, sobre qualquer situação de conflito de interesses com o **FUNDO**, imediatamente após tomar conhecimento dela, abstendo-se de participar de quaisquer discussões que envolvam matéria na qual tenham conflito.



**Parágrafo 5º:** Para o bom desempenho do Comitê de Investimentos, o **NOVO GESTOR** disponibilizará ao Presidente do Comitê de Investimentos, com cópia para o **ADMINISTRADOR**, para que este envie aos membros titulares do Comitê de Investimentos com, no mínimo, 10 (dez) dias úteis de antecedência da data da reunião, o material necessário à avaliação da ordem do dia de cada reunião do Comitê de Investimentos, desde que (i) o **NOVO GESTOR** tenha solicitado a convocação da reunião, ou (ii) os membros do Comitê de Investimentos que tiverem solicitado a convocação da reunião tenham disponibilizado tal material ao **ADMINISTRADOR** e ao **NOVO GESTOR** em tempo hábil.

**Parágrafo 6º:** O secretário de cada reunião do Comitê de Investimentos, nomeado pelo presidente do Comitê de Investimentos, (i) lavrará ata da reunião, a qual deverá ser obrigatoriamente assinada por todos os membros presentes à reunião; (ii) disponibilizará cópia da ata ao **ADMINISTRADOR** e ao **NOVO GESTOR** em até 03 (três) dias úteis da data de realização da respectiva reunião; e (iii) encaminhará cópia da ata a todos os membros do Comitê de Investimentos dentro de até 30 (trinta) dias corridos a contar da data da realização da respectiva reunião. O **ADMINISTRADOR** deverá arquivar as atas de cada reunião do Comitê de Investimentos durante todo o prazo de vigência do **FUNDO**.

**Parágrafo 7º:** Todos os Cotistas poderão participar das reuniões do Comitê, na qualidade de convidados, sem direito a voto, na medida em que apenas os membros do Comitê têm direito de voto.

**Artigo 26:** Os membros do Comitê de Investimentos, o representante do Consultor Técnico ou o representante do Consultor Jurídico, assim como os Cotistas que participarem das reuniões do Comitê, deverão manter as informações constantes dos materiais apresentados para análise de investimentos (potenciais ou realizados) do **FUNDO**, que venham a ser a eles disponibilizadas, sob absoluto sigilo e confidencialidade, não podendo revelar, utilizar ou divulgar, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, isolada ou conjuntamente com terceiros, qualquer destas informações, salvo (i) com o consentimento prévio e por escrito do **ADMINISTRADOR** e do **NOVO GESTOR**, ou (ii) se obrigado por ordem expressa do Poder Judiciário, da CVM, da

2415794v1

Secretaria de Previdência Complementar ou de qualquer outra autoridade administrativa constituída com poderes legais de fiscalização, sendo que, nestas hipóteses, o **ADMINISTRADOR** e o **NOVO GESTOR** deverão ser informados por escrito de tal ordem, previamente ao fornecimento de qualquer informação. Essa obrigação vigorará pelo prazo de 02 (dois) anos após a liquidação do **FUNDO**, salvo se prazos maiores forem determinados por lei ou acordados com as contrapartes dos investimentos feitos pelo **FUNDO**, desde que tais prazos sejam comunicados por escrito aos membros do Comitê de Investimentos, bem como aos Cotistas que participarem das reuniões do Comitê. Anteriormente ao início de sua respectiva participação no comitê, cada membro deverá firmar um termo de posse, contendo as obrigações aqui referidas e se comprometendo a respeitá-las.

**Parágrafo Único:** Em caso de manifesta negligência ou comprovada má-fé por parte de um membro do Comitê de Investimentos, ou de grave descumprimento das disposições deste Regulamento a ele aplicáveis, o referido membro poderá ser destituído de suas funções por decisão da maioria dos demais membros do Comitê de Investimentos, devendo tal destituição ser imediatamente comunicada pelo presidente do Comitê de Investimentos ao responsável pela nomeação do membro destituído, devendo os Cotistas ou o **NOVO GESTOR**, conforme o caso, nomear o seu substituto, observada a necessidade de aprovação por Assembleia Geral do novo membro.

**Artigo 27:** O **NOVO GESTOR** deverá enviar a cada membro do Comitê de Investimentos, ao Consultor Técnico e ao Consultor Jurídico, para sua análise, relatórios contendo estudos e avaliações com relação às Propostas de Investimento e de Desinvestimento, os quais deverão conter, sempre que possível, os seguintes aspectos:

I - sumário executivo da Proposta de Investimento e seu detalhamento;

II - histórico da Companhia Alvo, se houver e de pessoas-chave (sócios, executivos, empregados) da Companhia Alvo (se houver);

III - análise do mercado de atuação da Companhia Alvo objeto do investimento ou aquisição;

IV - análise econômico-financeira, de crédito e projeções de fluxo de caixa e dos demonstrativos financeiros da Companhia Alvo e/ou dos respectivos projetos;

V – análise sobre os impactos fiscal e tributário decorrentes das Propostas de Investimento e de Desinvestimento;

VI - descrição da estruturação financeira da operação envolvendo o investimento na Companhia Alvo, incluindo retornos esperados e as principais características dos títulos ou valores mobiliários objeto do investimento ou aquisição;

VII - principais aspectos societários e jurídicos da Companhia Alvo;

VIII - principais riscos identificados e respectivas estratégias ou medidas que possam mitigá-los, bem como considerações acerca da necessidade ou não de prestação de garantias adicionais, de qualquer natureza;

IX - um plano de desinvestimento, que incluirá, sem limitação, uma descrição das principais alternativas de saída e prazo estimado para o desinvestimento;

X - cronograma físico-financeiro do investimento ou aquisição, no caso de desembolsos parcelados;

XI - minutas dos contratos, ajustes e acordos de acionistas de que o **FUNDO** venha a fazer parte em razão dos investimentos; e

XII - relatório indicando que a Proposta de Investimento cumpre com os requisitos dos Capítulos VI e VII do Regulamento do **FUNDO**.



**Parágrafo 1º:** Uma vez aprovada a Proposta de Investimento, o **FUNDO** deverá efetuar o investimento ou a aquisição objeto da referida Proposta de Investimento, da seguinte maneira: (i) o **ADMINISTRADOR** deverá realizar as chamadas de capital para integralização de Cotas, nos termos dos Instrumentos Particulares de Compromisso de Investimento e deste Regulamento, após o recebimento da ata do comitê que aprovou o chamado; (ii) o **NOVO GESTOR**, conforme disposto neste Regulamento, deverá assinar, em nome do **FUNDO**, os compromissos de investimento, os contratos relacionados ao investimento, os boletins de subscrição, livros de acionistas, acordos de acionistas ou quaisquer outros acordos ou ajustes que se façam necessários para a realização do investimento, e (iii) o **NOVO GESTOR** deverá tomar as medidas necessárias para efetivamente nomear membros do conselho de administração, diretoria e outros órgãos das Companhias Investidas, previamente aprovados pelo Comitê de Investimentos e participar das respectivas assembleias de sócios e/ou debenturistas das Companhias Investidas, de acordo com as determinações definidas pelo Comitê de Investimentos.

**Parágrafo 2º:** Os membros do Comitê de Investimentos poderão solicitar informações adicionais ao **NOVO GESTOR** sobre as Companhias Investidas, hipótese em que o **NOVO GESTOR** estará obrigado a fornecê-las, desde que, cumulativamente: (i) tal membro do Comitê de Investimentos demonstre a necessidade de recebê-las, e (ii) o fornecimento de tais informações não onere excessivamente o **NOVO GESTOR** e/ou o **FUNDO**, devendo a oneração excessiva, se houver, ser demonstrada pelo **NOVO GESTOR**, conforme o caso.

**Artigo 28:** Salvo mediante aprovação dos Cotistas reunidos em Assembleia Geral de Cotistas, que representem metade, no mínimo, das Cotas subscritas, é vedada a aplicação de recursos do **FUNDO** em Companhias Alvo nas quais participem:

I - o **ADMINISTRADOR**, o **NOVO GESTOR**, os membros do Comitê de Investimentos ou os Cotistas que representem mais de 5% (cinco por cento) do patrimônio do **FUNDO**, seus sócios e respectivos cônjuges, individualmente ou em conjunto, com porcentagem superior a 10% (dez por cento) do capital social votante ou total;

2415794v1

II - quaisquer das pessoas mencionadas no inciso anterior que:

(a) estejam envolvidas, direta ou indiretamente, na estruturação financeira da operação de emissão de valores mobiliários a serem subscritos pelo **FUNDO**, inclusive na condição de agente de colocação, coordenação ou garantidor da emissão; ou

(b) façam parte de conselhos de administração, consultivo ou fiscal da companhia emissora dos valores mobiliários a serem subscritos pelo **FUNDO**, antes do primeiro investimento por parte do **FUNDO**.

**Parágrafo 1º:** Salvo mediante aprovação dos Cotistas reunidos em Assembleia Geral de Cotistas, que representem metade, no mínimo, das Cotas subscritas, é igualmente vedada a realização de operações, pelo **FUNDO**, em que este figure como contraparte das pessoas mencionadas no inciso I do *caput*, bem como de outros fundos de investimento ou carteira de valores mobiliários administrados pelo **ADMINISTRADOR** ou pelo **NOVO GESTOR**, em casos não expressamente autorizados por este Regulamento, com os quais os Cotistas concordam ao aderir ao **FUNDO**.

**Parágrafo 2º:** O disposto no Parágrafo 1º não se aplica quando o **ADMINISTRADOR** ou **NOVO GESTOR** atuarem: (i) como administrador ou gestor de fundos investidos ou na condição de contraparte do **FUNDO**, com a finalidade exclusiva de realizar a gestão de caixa e liquidez do **FUNDO**; ou (ii) como administrador ou gestor de fundo investido, desde que expresso em regulamento e quando realizado por meio de fundo que invista, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) em um único fundo.

**Parágrafo 3º:** O **FUNDO** poderá realizar investimentos nas Companhias Alvo em conjunto com terceiros, inclusive em conjunto com outros fundos de investimento, excluindo-se as pessoas indicadas no *caput*.

**Parágrafo 4º:** Sempre que o **FUNDO** não realizar, ainda que parcialmente, subscrições de capital da(s) Companhia(s) Alvo que integrem sua carteira, o **ADMINISTRADOR**, mediante solicitação do **NOVO GESTOR**, deverá comunicar os Cotistas, mediante notificação escrita com prazo de antecedência de 20 (vinte) dias úteis de tal fato para que estes decidam acerca de um investimento direto na(s) Companhia(s) Alvo, proporcionalmente às respectivas participações dos Cotistas no **FUNDO**. A decisão pelo co-investimento caberá exclusivamente aos Cotistas, não podendo o **FUNDO** e o **ADMINISTRADOR** serem, em qualquer hipótese, responsabilizados por tal decisão.

**Parágrafo 5º:** Como condição para o co-investimento previsto no parágrafo 3º acima, os Cotistas deverão se comprometer, mediante acordo de acionistas e demais documentos, a (i) assumir os mesmos direitos e obrigações do **FUNDO** na Companhia Alvo co-investida; (ii) efetuar seus investimentos e exercer o respectivo direito de voto na Companhia Alvo co-investida em consonância com o **FUNDO**; e (iii) disponibilizar ao **FUNDO** toda e qualquer informação e documentos que tiverem acesso em relação à Companhia Alvo co-investida.

**Parágrafo 6º:** A partir do início de oferta pública de cotas do **FUNDO**, fica vedado ao **NOVO GESTOR** estruturar ou gerir, novo fundo de investimento com propósito de investimento no mesmo segmento das Companhias Alvo, até que, pelo menos, 80% (oitenta por cento) do Capital Comprometido tenha se tornado Capital Vinculado a Projetos, exceto nos casos especificados abaixo:

I - fundos de co-investimento, estruturados junto a investidores locais ou internacionais, destinados à aplicação conjunta com o **FUNDO**, sendo tal aplicação estruturada *paripassu* e *pro-rata*, com base nos montantes totais subscritos em cada fundo; e

II - fundo com política de investimentos não coincidente com a do **FUNDO**.

## CAPÍTULO IX - DOS FATORES DE RISCO

**Artigo 29:** Não obstante a diligência do **NOVO GESTOR** em colocar em prática a política de investimento delineada, os investimentos do **FUNDO** estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas do mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação e, mesmo que o **ADMINISTRADOR** e o **NOVO GESTOR** mantenham rotinas e procedimentos de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o **FUNDO** e para o Cotista.

**Parágrafo Único:** Os recursos que constam na carteira do **FUNDO** e os Cotistas estão sujeitos aos seguintes fatores de riscos, de forma não exaustiva:

I - **RISCO DE CRÉDITO:** consiste no risco de inadimplemento ou atraso no pagamento de juros e/ou principal pelos emissores dos ativos ou pelas contrapartes das operações do **FUNDO**, podendo ocasionar, conforme o caso, a redução de ganhos ou mesmo perdas financeiras até o valor das operações contratadas e não liquidadas. Alterações e equívocos na avaliação do risco de crédito do emissor podem acarretar em oscilações no preço de negociação dos títulos que compõem a carteira do **FUNDO**.

II - **RISCO DE LIQUIDEZ:** consiste no risco de redução ou inexistência de demanda pelos ativos integrantes do **FUNDO** nos respectivos mercados em que são negociados, devido a condições específicas atribuídas a esses ativos ou aos próprios mercados em que são negociados. Em virtude de tais riscos, o **NOVO GESTOR** poderá encontrar dificuldades para liquidar posições ou negociar os referidos ativos pelo preço e no tempo desejados, de acordo com a estratégia de gestão adotada para o **FUNDO**, o qual permanecerá exposto, durante o respectivo período de falta de liquidez, aos riscos associados aos referidos ativos e às posições assumidas em mercados de derivativos, se for o caso, que podem, inclusive, obrigar o **FUNDO** a aceitar descontos nos seus respectivos preços, de forma a realizar sua negociação em mercado. Estes fatores podem prejudicar o pagamento de resgates aos Cotistas do **FUNDO**, nos valores solicitados e nos prazos contratados.



III - **RISCO DE DERIVATIVOS**: consiste no risco de distorção de preço entre o derivativo e seu ativo objeto, o que pode ocasionar aumento da volatilidade do **FUNDO**, limitar as possibilidades de retornos adicionais nas operações, não produzir os efeitos pretendidos, bem como provocar perdas aos Cotistas. Mesmo para o **FUNDO**, que utiliza derivativos exclusivamente para proteção das posições à vista, existe o risco da posição não representar um *hedge* perfeito ou suficiente para evitar perdas ao **FUNDO**.

IV - **RISCO DE MERCADO**: consiste no risco de flutuações nos preços e na rentabilidade dos ativos do **FUNDO**, os quais são afetados por diversos fatores de mercado, como liquidez, crédito, alterações políticas, econômicas e fiscais. Esta constante oscilação de preços pode fazer com que determinados ativos sejam avaliados por valores diferentes ao de emissão e/ou contabilização, podendo acarretar volatilidade das Cotas e perdas aos Cotistas.

V - **RISCO DE CONCENTRAÇÃO**: O risco associado às aplicações do **FUNDO** é diretamente proporcional à concentração das aplicações. Quanto maior a concentração das aplicações do **FUNDO** em uma única companhia emissora de títulos, maior será a vulnerabilidade do **FUNDO** em relação ao risco de tal emissora.

VI - **RISCO RELACIONADO A FATORES MACROECONÔMICOS E À POLÍTICA GOVERNAMENTAL**: O **FUNDO** também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle do **ADMINISTRADOR** ou do **NOVO GESTOR** tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e de mudanças legislativas, poderão resultar em (a) perda de liquidez dos ativos que compõem a carteira do **FUNDO** e (b) inadimplência dos emissores dos ativos. Tais fatos poderão acarretar prejuízos para os Cotistas e atrasos nos pagamentos dos regates. Não obstante, o **FUNDO** desenvolverá suas atividades no mercado brasileiro, estando sujeito, portanto, aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal. Ocasionalmente, o governo brasileiro intervém na

2415794v1



economia realizando relevantes mudanças em suas políticas. As medidas do Governo Brasileiro para controlar a inflação e implementar as políticas econômica e monetária têm envolvido, no passado recente, alterações nas taxas de juros, desvalorização da moeda, controle de câmbio, aumento das tarifas públicas, entre outras medidas. Essas políticas, bem como outras condições macroeconômicas, têm impactado significativamente a economia e o mercado de capitais nacional. A adoção de medidas que possam resultar na flutuação da moeda, indexação da economia, instabilidade de preços, elevação de taxas de juros ou influenciar a política fiscal vigente poderão impactar os negócios, as condições financeiras, os resultados operacionais do **FUNDO** e a consequente distribuição de rendimentos aos Cotistas do **FUNDO**. Impactos negativos na economia, tais como recessão, perda do poder aquisitivo da moeda e aumento exagerado das taxas de juros resultantes de políticas internas ou fatores externos podem influenciar nos resultados do **FUNDO**.

**VII - RISCO DE RESGATE DAS COTAS DO FUNDO EM AÇÕES DAS COMPANHIAS INVESTIDAS:** Conforme previsto no Regulamento, poderá haver a liquidação do **FUNDO** em situações predeterminadas. Se uma dessas situações se verificar, há previsão no Regulamento de que as Cotas poderão ser resgatadas em ações das Companhias Investidas. Nessa hipótese, os Cotistas poderão encontrar dificuldades para negociar as ações recebidas do **FUNDO**.

**VIII - RISCO RELACIONADO AO RESGATE E À LIQUIDEZ DAS COTAS DO FUNDO:** O **FUNDO**, constituído sob forma de condomínio fechado, não admite o resgate de suas Cotas a qualquer momento. A amortização das Cotas será realizada na medida em que o **FUNDO** tenha disponibilidade para tanto, nos termos deste Regulamento, ou na data de liquidação do **FUNDO**. Caso os Cotistas queiram se desfazer dos seus investimentos no **FUNDO**, será necessária a venda das suas Cotas no mercado secundário, devendo ser observado, para tanto, os termos e condições dos Compromissos de Investimento referentes à subscrição e integralização de suas Cotas e o disposto no Regulamento. Ainda, considerando tratar-se de um produto novo e que o mercado secundário existente no Brasil para negociação de Cotas de **FUNDO** de investimento em participações apresenta baixa liquidez, os Cotistas do **FUNDO** poderão ter dificuldade em realizar a venda das suas Cotas e/ou poderão obter preços reduzidos na venda de suas Cotas.

2415794v1



**IX - RISCOS RELACIONADOS ÀS COMPANHIAS INVESTIDAS:** Os investimentos do **FUNDO** são considerados de longo prazo e o retorno do investimento pode não ser condizente com o esperado pelo Cotista. A carteira do **FUNDO** estará concentrada em títulos e/ou valores mobiliários de emissão das Companhias Investidas. Embora o **FUNDO** tenha sempre participação no processo decisório das respectivas Companhias Investidas, não há garantias de (i) bom desempenho de quaisquer das Companhias Investidas, (ii) solvência das Companhias Investidas e (iii) continuidade das atividades das Companhias Investidas. Tais riscos, se materializados, podem impactar negativa e significativamente os resultados da carteira do **FUNDO** e o valor das Cotas. Não obstante a diligência e o cuidado do **ADMINISTRADOR** e do **NOVO GESTOR**, os pagamentos relativos aos títulos e/ou valores mobiliários de emissão das Companhias Investidas, como dividendos, juros e outras formas de remuneração/bonificação podem vir a se frustrar em razão da insolvência, falência, mau desempenho operacional da respectiva Companhia Investida, ou, ainda, outros fatores. Em tais ocorrências, o **FUNDO** e os seus Cotistas poderão experimentar perdas, não havendo qualquer garantia ou certeza quanto à possibilidade de eliminação de tais riscos. Os investimentos nas Companhias Investidas envolvem riscos relativos à exploração econômica de projetos de geração de energia. Não há garantia quanto ao desempenho deste setor e nem tampouco certeza de que o desempenho de cada uma das Companhias Investidas acompanhe *pari passu* o desempenho médio do setor de geração de energia. Adicionalmente, ainda que o desempenho das Companhias Investidas acompanhe o desempenho das demais empresas que desenvolvam e explorem economicamente projetos de geração de energia, não há garantia de que o **FUNDO** e os seus Cotistas não experimentarão perdas, nem há certeza quanto à possibilidade de eliminação de tais riscos. Em função de diversos fatores, inclusive aqueles relacionados ao funcionamento de órgãos públicos de que pode vir a depender o **FUNDO** no desempenho de suas operações, não há garantias de que o **FUNDO** conseguirá exercer todos os seus direitos de sócio das Companhias Investidas, ou como adquirente ou alienante de ações ou outros valores mobiliários de emissão de tais Companhias Investidas, nem de que, caso o **FUNDO** consiga exercer tais direitos, os efeitos obtidos serão condizentes com os seus direitos originais e/ou obtidos no tempo esperado. Tais fatores poderão impactar negativamente a rentabilidade da carteira do

2415794v1



**FUNDO.** Os investimentos do **FUNDO** poderão ser feitos em companhias, as quais, embora tenham de adotar as práticas de governança indicadas no Parágrafo 4º do Artigo 14, não estão obrigadas a observar as mesmas regras que as companhias abertas relativamente à divulgação de suas informações ao mercado e a seus acionistas, o que pode representar uma dificuldade para o **FUNDO** quanto (i) ao bom acompanhamento das atividades e resultados da Companhia Investida e (ii) a correta decisão sobre a liquidação do investimento, o que pode afetar o valor da carteira do **FUNDO** e das Cotas.

**X - RISCOS RELACIONADOS AO SETOR DE GERAÇÃO DE ENERGIA:** O objetivo do **FUNDO** é realizar investimentos em Companhias Alvo que atuem no setor de geração de energia. O setor está sujeito a diversos riscos próprios, decorrentes da necessidade de investimentos em capital, ambiente estritamente regulado, possibilidade de intervenção do Governo e do Estado no setor com alteração substancial das regras aplicáveis e sem consideração pelos investimentos realizados.

**XI - RISCOS RELACIONADOS À AMORTIZAÇÃO:** Os recursos gerados pelo **FUNDO** serão provenientes dos rendimentos, dividendos e outras bonificações que sejam atribuídas aos Valores Mobiliários e ao retorno do investimento nas Companhias Investidas. A capacidade do **FUNDO** de amortizar as Cotas está condicionada ao recebimento pelo **FUNDO** dos recursos acima citados.

**XII - RISCO DE PATRIMÔNIO NEGATIVO:** as eventuais perdas patrimoniais do **FUNDO** não estão limitadas ao valor do capital subscrito, de forma que os cotistas podem ser chamados a aportar recursos adicionais no **FUNDO**.

**XV – DEMAIS RISCOS:** O **FUNDO** também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle do **ADMINISTRADOR** ou do **NOVO GESTOR**, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos mudança nas regras aplicáveis aos ativos

2415794v1

financeiros, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da carteira, alteração na política monetária, aplicações ou resgates significativos.

**Artigo 30:** As aplicações realizadas no **FUNDO** não contam com garantia do **ADMINISTRADOR**, do **NOVO GESTOR**, do **CUSTODIANTE** ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

## **CAPÍTULO X - DA AVALIAÇÃO DOS ATIVOS, PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO E DA CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL**

**Artigo 31:** Respeitado o disposto na Instrução CVM 579, a avaliação do valor da carteira do **FUNDO** será feita ordinariamente ao fim do seu exercício social, utilizando os critérios estabelecidos no Anexo II ao presente Regulamento, sendo que os ativos e passivos do **FUNDO** serão inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo.

**Parágrafo 1º:** Com base em informações fornecidas pelo **NOVO GESTOR**, o **ADMINISTRADOR** classificou o **FUNDO** como “entidade de investimento”.

**Parágrafo 2º:** Caso o **FUNDO** se desqualifique como entidade de investimento a qualquer tempo, o **ADMINISTRADOR** deve contabilizar a mudança em sua condição prospectivamente a partir da data em que a mudança tiver ocorrido, bem como tomar as medidas necessárias para divulgação de fato relevante aos Cotistas e à CVM, devendo alterar este Regulamento, por ato unilateral do **ADMINISTRADOR**, com o objetivo de adequar sua redação à nova classificação contábil do **FUNDO**, como medida de transparência aos Cotistas.

**Parágrafo 3º:** O **ADMINISTRADOR**, sem se eximir de suas responsabilidades pela elaboração das demonstrações contábeis do **FUNDO**, pode utilizar informações do **NOVO GESTOR**, conforme previsto na regulamentação em vigor, ou de terceiros independentes, para efetuar a classificação contábil do **FUNDO**.

**Parágrafo 4º:** Sem prejuízo das responsabilidades do **ADMINISTRADOR**, o **NOVO GESTOR** também assume suas responsabilidades enquanto provedor das informações previstas na regulamentação em vigor, as quais visam a auxiliar o **ADMINISTRADOR** na elaboração das demonstrações contábeis do **FUNDO**.

## **CAPÍTULO XI - DA ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS**

**Artigo 32:** A Assembleia Geral de Cotistas realizar-se-á, ordinariamente, em até 180 (centro e oitenta) dias após o término do exercício social do **FUNDO**, para deliberar sobre a matéria prevista no inciso I do Parágrafo 1º abaixo, e, extraordinariamente, sempre que convocada na forma prevista neste Capítulo.

**Parágrafo 1º:** Será de competência privativa da Assembleia Geral de Cotistas do **FUNDO**:

I - tomar, anualmente, as contas relativas ao **FUNDO** e deliberar sobre as demonstrações contábeis apresentadas pelo **ADMINISTRADOR** acompanhadas do relatório dos auditores independentes;

II - deliberar sobre a emissão e distribuição de novas Cotas;

III - deliberar, quando for o caso, sobre requerimento de informações de Cotistas, observado o disposto no inciso III do Artigo 5º deste Regulamento;

IV - deliberar sobre a prorrogação do Prazo de Duração do **FUNDO**;

V - alterar o Regulamento do **FUNDO**;

VI - deliberar sobre a destituição e/ou a substituição do **ADMINISTRADOR**, do **NOVO GESTOR** do Consultor Técnico, do Consultor Jurídico e/ou do **CUSTODIANTE** e escolha de seus respectivos substitutos;

2415794v1

VII - deliberar sobre a fusão, incorporação, cisão, transformação ou liquidação do **FUNDO**;

VIII - deliberar sobre aumento nas taxas de remuneração do **ADMINISTRADOR** ou do **NOVO GESTOR** do **FUNDO**;

IX - deliberar sobre a amortização de Cotas realizada em divergência ao Artigo 51 deste Regulamento;

X - deliberar sobre a alteração do quorum de instalação e deliberação da Assembleia Geral de Cotistas;

XI - eleger e destituir os membros do Comitê de Investimentos que sejam representantes dos Cotistas, nos termos deste Regulamento, mediante votação em separado para cada um dos cargos de representante dos Cotistas, devendo o Cotista ou os Cotistas que tiverem eleito o representante para o 1º cargo absterem-se de votar na eleição para o 2º cargo;

XII - deliberar sobre o estabelecimento e/ou alteração de regras referentes à instalação, composição, organização e funcionamento do Comitê de Investimentos;

XIII - deliberar pela aprovação dos atos que configurem potencial conflito de interesses entre o **FUNDO** e seu **ADMINISTRADOR** ou **NOVO GESTOR** e entre o **FUNDO** e qualquer cotista, ou grupo de cotistas, que detenham mais de 10% (dez por cento) das Cotas subscritas;

XIV - deliberar pela inclusão de encargos não previstos neste Regulamento ou o seu respectivo aumento acima dos limites máximos quando previstos no Regulamento; e

XV - a aprovação do laudo de avaliação do valor justo de ativos utilizados na integralização de cotas do **FUNDO**.

**Parágrafo 2º:** O Regulamento do **FUNDO** poderá ser alterado, independentemente de Assembleia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento às exigências de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos Cotistas.

**Artigo 33:** A Assembleia Geral de Cotistas poderá ainda, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do **FUNDO**, em defesa dos direitos e dos interesses dos Cotistas.

**Artigo 34:** A convocação da Assembleia Geral de Cotistas far-se-á mediante correspondência escrita encaminhada a cada Cotista, podendo, para esse fim, ser utilizado qualquer meio de comunicação cuja comprovação de recebimento pelo Cotista seja possível, e desde que o fim pretendido seja atingido, tais como envio de correspondência com aviso de recebimento, fac-símile e correio eletrônico (e-mail), do qual constarão, obrigatoriamente, o dia, hora e local em que será realizada tal Assembleia e ainda, de forma sucinta, os assuntos a serem tratados.

**Parágrafo 1º:** A convocação da Assembleia Geral de Cotistas deve ser feita com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência, contado o prazo da data de comprovação de recebimento da convocação pelos Cotistas.

**Parágrafo 2º:** Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral de Cotistas realizar-se-á no local onde o **ADMINISTRADOR** tiver a sede; quando houver necessidade de efetuar-se em outro lugar, a correspondência enviada aos Cotistas indicará, com clareza, o lugar da reunião.

**Parágrafo 3º:** Independentemente das formalidades previstas neste Artigo, será considerada regular a Assembleia Geral de Cotistas a que comparecerem todos os Cotistas.

**Artigo 35:** Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembleia Geral de Cotistas pode reunir-se por convocação do **ADMINISTRADOR**, por iniciativa própria ou mediante solicitação de



Cotistas possuidores de Cotas que representem, isoladamente ou em conjunto, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Cotas subscritas.

**Parágrafo Único:** A convocação da Assembleia Geral de Cotistas solicitada por Cotistas que se enquadrem na condição descrita no Artigo 35 acima deve ser dirigida ao **ADMINISTRADOR**, que deve, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contado do recebimento, realizar a convocação às expensas dos requerentes, salvo se a Assembleia Geral de Cotistas assim convocada deliberar em contrário, e deve conter eventuais documentos necessários ao exercício do direito de voto dos demais Cotistas.

**Artigo 36:** A Assembleia Geral de Cotistas será instalada com a presença de pelo menos um Cotista, sendo que as deliberações poderão ser realizadas mediante processo de consulta formal, por escrito, a ser realizado pelo **ADMINISTRADOR** junto a cada Cotista do **FUNDO** e cada Cota corresponde ao direito de um voto na Assembleia Geral de Cotistas.

**Parágrafo 1º:** As deliberações relativas às matérias previstas nos incisos I, II, III e VIII do parágrafo 1º do Artigo 32, acima, dependerão de aprovação, em Assembleia Geral de Cotistas, por Cotas que representem a maioria das Cotas subscritas presentes à Assembleia.

**Parágrafo 2º:** As deliberações relativas às matérias previstas nos incisos IV, V, VI, VII, IX, X, XI, XII e XIII do Parágrafo 1º do Artigo 32, acima, dependerão de aprovação, em Assembleia Geral de Cotistas, por Cotas que representem ao menos 75% (setenta e cinco por cento) das Cotas subscritas.

**Parágrafo 3º:** As deliberações relativas às demais matérias previstas no Parágrafo 1º do Artigo 32, acima, observarão o quórum legal previsto na Instrução CVM 578.

**Artigo 37:** Somente poderão votar na Assembleia Geral de Cotistas, os Cotistas inscritos no registro de Cotistas na data do envio da convocação, seus representantes legais ou seus



procuradores legalmente constituídos há menos de 1 (um) ano, sendo atribuído a cada Cota o direito a um voto.

**Parágrafo único:** Os Cotistas também poderão votar por meio de comunicação escrita ou eletrônica, encaminhada ao **ADMINISTRADOR**, desde que recebida pelo **ADMINISTRADOR** antes do início da Assembleia Geral.

**Artigo 37-A:** Não podem votar nas Assembleias Gerais do **FUNDO** e nem fazer parte do cômputo para fins de apuração do quórum de aprovação:

I - o **ADMINISTRADOR** ou o **NOVO GESTOR** do **FUNDO**;

II - os sócios, diretores e funcionários do **ADMINISTRADOR** ou do **NOVO GESTOR**;

III - empresas consideradas partes relacionadas ao **ADMINISTRADOR** ou ao **NOVO GESTOR**, seus sócios, diretores e funcionários;

IV - os prestadores de serviços do **FUNDO**, seus sócios, diretores e funcionários;

V - o Cotista de cujo interesse seja conflitante com o do **FUNDO**; e

VI - o Cotista, na hipótese de deliberação relativa a laudos de avaliação de bens de sua propriedade que concorram para a formação do patrimônio do **FUNDO**.

**Parágrafo 1º:** Os Cotistas que estejam inadimplentes na data da convocação da Assembleia não têm direito a voto sobre a respectiva parcela subscrita e não integralizada.

**Parágrafo 2º:** Não se aplica o disposto no Artigo 37-A acima, quando:

I - os únicos Cotistas do **FUNDO** forem as pessoas mencionadas no Artigo 37-A; ou

2415794v1

II - houver aquiescência expressa da maioria dos demais Cotistas, manifestada na própria Assembleia, ou em instrumento de procuração que se refira especificamente à Assembleia em que se dará a permissão de voto.

**Parágrafo 3º:** No caso de impedimento disposto nos incisos V ou VI do Artigo 37-A acima, o Cotista deve informar ao **ADMINISTRADOR** ou as demais Cotistas, sem prejuízo do dever de diligência do **ADMINISTRADOR** e do **NOVO GESTOR**.

## **CAPÍTULO XII - DAS COTAS: COLOCAÇÃO, SUBSCRIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO, EMISSÃO, NEGOCIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO**

**Artigo 38:** O patrimônio do **FUNDO** será dividido em Cotas de classe única, que correspondem a frações ideais desse patrimônio, todas nominativas e mantidas em contas de depósitos em nome de seus titulares, conferindo a seus titulares os direitos descritos neste Regulamento. Todas as Cotas emitidas pelo **FUNDO** garantem aos seus titulares direitos patrimoniais, políticos e econômicos idênticos.

**Parágrafo 1º:** O **FUNDO** procurará atingir uma rentabilidade alvo equivalente ao IPCA + 10,5% a.a.

**Parágrafo 2º:** As Cotas do **FUNDO** poderão ser convertidas em cotas de direitos políticos restritos (sem direito a voto nas Assembleias Gerais de Cotistas), na hipótese de Cotistas subscritores de Cotas efetuarem a obrigação de integralização de Cotas fora do prazo estabelecido nos respectivos Instrumentos Particulares de Compromisso de Investimento assinados pelos investidores. A integralização de Cotas fora do prazo estabelecido nos respectivos Instrumentos Particulares de Compromisso de Investimento acarretará, ainda, a perda da condição de membro e/ou a inabilitação para nomeação, por si ou por representante, ao Comitê de Investimentos.



**Artigo 39:** As Cotas serão mantidas em conta de depósito em nome de seus Cotistas junto ao **CUSTODIANTE** e o extrato da conta de depósito, representado por número inteiro ou fracionário de Cotas, comprovará a propriedade e a quantidade de Cotas detidas pelos Cotistas, conforme registros do **FUNDO**.

**Artigo 40:** O valor das Cotas, após a Data da 1ª Emissão das Cotas, será o resultante da divisão do valor do Patrimônio Líquido pelo número de Cotas.

**Artigo 41:** O valor da Cota de integralização será variável, não sendo necessariamente o mesmo valor da Cota de emissão.

**Artigo 42:** A 1ª Emissão será de R\$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), representada por 600.000.000 (seiscentos milhões) de Cotas, com o valor unitário de emissão de R\$1,00 (um real), sendo que a primeira integralização de Cotas da emissão será feita pelo valor de R\$1,00 (um real) e as seguintes na forma do artigo anterior. O Período de Distribuição será de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos, por decisão do **ADMINISTRADOR**, mediante prévia orientação do **NOVO GESTOR**, dentro dos limites da Instrução CVM 476. Não obstante, o capital mínimo, que permitirá o início do funcionamento do **FUNDO** é de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais).

**Parágrafo 1º:** O **FUNDO** poderá emitir novas Cotas mediante deliberação da Assembleia Geral de Cotistas tomada pelo voto favorável dos Cotistas que representem a maioria das Cotas subscritas, nos termos do Artigo 32, parágrafo 1º, inciso II deste Regulamento, inclusive em situações que possam requerer (i) a realização de novos investimentos do **FUNDO** nas Companhias Investidas de forma a manter seu valor econômico, (ii) a cobertura de eventuais contingências do **FUNDO**, ou (iii) a recomposição do caixa do **FUNDO** em montante suficiente para pagamento das despesas do **FUNDO**.

**Parágrafo 2º:** Os Cotistas do **FUNDO** terão direito de preferência para subscrever as novas Cotas, na proporção de suas respectivas participações no patrimônio do **FUNDO**.

2415794v1

**Parágrafo 3º:** O direito de preferência referido no parágrafo acima deverá ser exercido pelo Cotista na Assembleia Geral de Cotistas que deliberar sobre a nova emissão, sendo vedada a cessão deste direito a terceiros. O exercício do direito de preferência deverá ser efetivado no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias do início da distribuição da nova emissão, através da assinatura da documentação competente.

**Parágrafo 4º:** As informações relativas à Assembleia Geral de Cotistas que aprovar a nova emissão de Cotas, bem como o instrumento de confirmação do exercício do direito de preferência pelo Cotista, estarão disponíveis a partir da data da Assembleia Geral de Cotista, na sede do **ADMINISTRADOR**.

**Parágrafo 5º:** O **ADMINISTRADOR** encerrou no dia 14 de março de 2012 a 1ª (primeira) distribuição de cotas do **FUNDO**, totalizando R\$135.947.371,83 (cento e trinta e cinco milhões, novecentos e quarenta e sete mil e trezentos e setenta e um reais e oitenta e três centavos), valor correspondente ao total subscrito ou adquirido na oferta da 1ª emissão.

**Parágrafo 6º:** A 2ª (segunda) emissão de cotas do **FUNDO** foi distribuída com esforços restritos, e teve início a partir da data de protocolo da Ata de Assembleia Geral de Cotistas, que aprovou a referida emissão, e seus anexos, pelo **ADMINISTRADOR**, na Comissão de Valores Mobiliários, e, seu encerramento, se dará no máximo até o dia 31 de dezembro de 2012. A 2ª (segunda) emissão correspondeu a 353.698.027 (trezentos e cinquenta e três milhões e seiscentos e noventa e oito e vinte e sete) cotas, com valor unitário de R\$1,27227173 (um real vírgula dois sete dois dois sete um sete três centavos), totalizando R\$450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais), e tendo como valor mínimo de subscrição, por investidor, R\$1.000.000,00 (um milhão reais), nos termos da Instrução CVM 476, de forma que a emissão poderá ser encerrada com subscrição de no mínimo R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), com cancelamento das demais cotas que sobejarem.

**Parágrafo 7º:** O **ADMINISTRADOR** encerrou no dia 03 de dezembro de 2012 a 2ª (segunda) distribuição de cotas do **FUNDO**, totalizando R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais), valor correspondente ao total subscrito ou adquirido na oferta da 2ª emissão.

**Parágrafo 8º:** A 3ª (terceira) emissão de cotas do **FUNDO** foi distribuída com esforços restritos de distribuição, e teve início a partir da data do protocolo da ata da assembleia geral de Cotistas que aprovou a referida emissão, pelo **ADMINISTRADOR**, na Comissão de Valores Mobiliários. A 3ª (terceira) emissão correspondeu a 319.792.320 (trezentas e dezenove milhões e setecentas e noventa e duas mil e trezentas e vinte) cotas, com valor unitário de R\$1,38840107 (um real vírgula três oito oito quatro zero um zero sete centavos), totalizando R\$443.999.999,265782 (quatrocentos e quarenta e três milhões, novecentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove reais vírgula dois seis cinco sete oito dois centavos), e tendo como valor mínimo de subscrição, por investidor, R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), nos termos da Instrução CVM 476, com cancelamento das cotas que sobejaram.

**Parágrafo 9º:** O **ADMINISTRADOR** encerrou, no dia 23 de fevereiro de 2015, a distribuição pública com esforços restritos da 3ª (terceira) emissão de cotas do **FUNDO**, totalizando R\$57.119.328,75 (cinquenta e sete milhões, cento e dezenove mil, novecentos e vinte e oito reais e setenta e cinco centavos), valor correspondente ao total subscrito ou adquirido na oferta da 3ª (terceira) emissão.

**Parágrafo 10º:** A 4ª (quarta) emissão de cotas do **FUNDO** será distribuída com esforços restritos de distribuição, e terá início a partir da data do protocolo da ata da assembleia geral de Cotistas que aprovou referida emissão, pelo **ADMINISTRADOR**, na Comissão de Valores Mobiliários. A 4ª (quarta) emissão corresponderá a 126.220.000 (cento e vinte e seis milhões, duzentos e vinte mil) cotas, com valor unitário de emissão de R\$1,90131135, e tendo como valor mínimo de subscrição, por investidor, R\$1.000.000,00 (um milhão reais), nos termos da Instrução CVM 476, com cancelamento das cotas que sobejarem.

**Artigo 43:** A Assembleia Geral de Cotistas que deliberar sobre novas emissões de Cotas definirá as respectivas condições para subscrição e integralização de tais Cotas, observado o disposto na legislação aplicável.

**Parágrafo Único:** As novas Cotas terão direitos, taxas, despesas e prazos iguais aos conferidos às demais Cotas.

**Artigo 44:** Ao aderir ao **FUNDO**, o investidor celebrará o Instrumento Particular de Compromisso de Investimento e Boletim de Subscrição (ou um instrumento único que venha a consolidar as disposições de ambos), os quais definirão as regras para chamadas de capital para integralização das Cotas que ocorrerão ao longo da vigência do **FUNDO**, às quais o Cotista estará obrigado, sob as penas expressamente previstas no referido documento, dos quais constarão, entre outras informações:

I - nome e qualificação do subscritor;

II - número de Cotas subscritas;

III - preço de subscrição; e

IV - condições e prazos para integralização de Cotas.

**Artigo 45:** As Cotas deverão ser integralizadas na medida em que ocorrerem chamadas de capital para integralização das Cotas por parte do **ADMINISTRADOR**, nos termos deste Regulamento, dos respectivos Instrumentos Particulares de Compromisso de Investimento ou dos respectivos Boletins de Subscrição

**Artigo 46:** O prazo limite para a realização de chamadas de capital para a realização de investimentos coincidirá com o encerramento do Período de Investimentos, ressalvadas as

hipóteses previstas neste Regulamento, nos Boletins de Subscrição e nos Instrumentos Particulares de Compromisso de Investimento.

**Parágrafo 1º:** O **NOVO GESTOR** terá até o último dia útil do 2º (segundo) mês subsequente à data inicial de cada integralização de cotas para enquadrar a carteira do **FUNDO** aos limites de enquadramento, conforme disposto neste Regulamento. Em caso de oferta pública de cotas registrada na CVM nos termos da regulamentação específica, este prazo será considerado a partir da data de encerramento da respectiva oferta.

**Parágrafo 2º:** O **FUNDO** deve manter, no mínimo, 90% de seu patrimônio líquido investido nos ativos referidos no Artigo 15 deste Regulamento, conforme Artigo 11 da Instrução CVM 578.

**Parágrafo 3º:** Caso haja desenquadramento referente ao limite previsto no parágrafo acima por período superior ao prazo de realização de investimentos, o **ADMINISTRADOR** deverá em até 10 (dez) dias úteis contados do encerramento do prazo de realização de investimentos, reenquadrar a carteira do **FUNDO** ou devolver os valores que ultrapassem o limite estabelecido aos Cotistas que tiverem integralizado a última chamada de capital, sem qualquer rendimento, na proporção por eles integralizada, conforme o Artigo 11 parágrafo 5º da Instrução CVM 578.

**Artigo 47:** A integralização das Cotas deverá ser feita em moeda corrente nacional, em conta de titularidade do **FUNDO** mantida junto ao **CUSTODIANTE**, conforme previsto em cada Boletim de Subscrição e Instrumento Particular de Compromisso de Investimento. No ato da integralização, o Cotista receberá comprovante da respectiva integralização, autenticado pelo **CUSTODIANTE**.

**Parágrafo Único:** A colocação das cotas do **FUNDO** será objeto de distribuição pública primária no mercado de balcão organizado, por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos, operacionalizado pela CETIP – CETIP S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, ou, alternativamente, será realizada em mercado de balcão não organizado, mediante Transferência Eletrônica Disponível – TED.



**Artigo 48:** Caso as Cotas emitidas não sejam totalmente subscritas até o final do Período de Distribuição, o **ADMINISTRADOR**, consultado o **NOVO GESTOR**, poderá cancelar o saldo de Cotas não subscrito sem necessidade de aprovação em Assembleia Geral de Cotistas.

**Artigo 49:** Ao final do Período de Investimentos, caso seja verificado que parte dos recursos integralizados não serão utilizados na realização de investimentos pelo **FUNDO**, nos termos deste Regulamento, o Comitê de Investimentos poderá deliberar sobre a devolução proporcional aos Cotistas de tais recursos. No caso de devolução de tais valores, fica estabelecido que os valores devolvidos aos Cotistas serão considerados para todos os fins como saldo não subscrito e não integralizado dos respectivos Capitais Comprometidos dos Cotistas, conforme disposto nos Instrumentos Particulares de Compromisso de Investimento.

**Artigo 50:** Durante o Período de Desinvestimento e desde que o caixa do **FUNDO** contenha um montante de disponibilidades superior a 20% (vinte por cento) do capital investido nas Companhias Alvo, as Cotas poderão, a exclusivo critério do Comitê de Investimentos, ser amortizadas, mensalmente, no 15º (décimo quinto) dia útil de cada mês, proporcionalmente ao montante que o valor de cada Cota representa em relação ao Patrimônio Líquido, ou em qualquer outra periodicidade que venha a ser indicada pelo Comitê de Investimentos.

**Parágrafo Único:** As amortizações referidas neste Artigo serão sempre feitas pelo **ADMINISTRADOR** de forma a manter recursos líquidos no **FUNDO** estimados para cobrir, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses de despesas projetadas pelo **ADMINISTRADOR** do **FUNDO**.

**Artigo 51:** Exclusivamente no caso de pagamentos de dividendos pelas Companhias Investidas o **ADMINISTRADOR**, transferirá e/ou fará com que o **CUSTODIANTE** transfira tais pagamentos diretamente aos Cotistas imediatamente após o recebimento dos mesmos pelo **FUNDO**, proporcionalmente à participação dos Cotistas no **FUNDO** (levando-se em conta apenas as Cotas já integralizadas).

**Artigo 52:** A Assembleia Geral de Cotistas poderá deliberar pela amortização de Cotas em títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do **FUNDO**, caso em que definirá as condições para tal amortização.

**Artigo 53:** Não haverá resgate de Cotas, a não ser pelo término do prazo de duração ou pela liquidação antecipada do **FUNDO**.

**Artigo 54:** As Cotas poderão ser negociadas no mercado secundário no Módulo de Fundos - SF, operacionalizado pela CETIP – CETIP S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, ou em mercado de balcão não organizado, cabendo aos intermediários assegurar que a aquisição de Cotas somente seja feita por Investidores Profissionais que se enquadrem no Público Alvo. As negociações secundárias estarão sujeitas, ainda, às restrições impostas pela Instrução CVM 476, sempre que colocadas com esforços restritos.

**Artigo 55:** Observado o disposto acima, as Cotas emitidas pelo **FUNDO** não poderão ser alienadas fora do âmbito de bolsas de valores e mercado de balcão organizado, excetuadas as hipóteses de transmissão decorrente de lei ou de decisão judicial.

### CAPÍTULO XIII - EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO

**Artigo 56:** Na hipótese de liquidação do **FUNDO**, os titulares de Cotas terão o direito de partilhar o patrimônio do **FUNDO** na proporção de suas Cotas, na data de liquidação, sendo vedado qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de Cotas.

**Artigo 57:** O **FUNDO** entrará em liquidação ao final de seu Prazo de Duração, ou por deliberação da Assembleia Geral de Cotistas, nos termos deste Regulamento.

**Artigo 58:** O **FUNDO** poderá ser liquidado antecipadamente, mediante deliberação de seus Cotistas reunidos em Assembleia Geral de Cotistas, na ocorrência dos seguintes eventos:

I - caso seja deliberado em Assembleia Geral de Cotistas, por votos que representem, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Cotas subscritas pelo **FUNDO**; ou

II - desinvestimento de todos os ativos da carteira do **FUNDO** antes do término do Prazo de Duração do **FUNDO**.

**Artigo 59:** Na hipótese de liquidação do **FUNDO** seus ativos serão alienados por meio de uma das formas abaixo, a ser deliberada pela Assembleia Geral de Cotistas especialmente instalada para tal fim:

I - venda dos ativos da carteira do **FUNDO** em bolsa de valores, em mercado de balcão organizado, em mercado de balcão não organizado ou em negociações privadas, conforme o tipo do ativo, observado o disposto na legislação aplicável; e/ou

II - exercício, em bolsa de valores, em mercado de balcão organizado, em mercado de balcão não organizado ou em negociações privadas, de opções de venda dos ativos da carteira do **FUNDO**, negociadas pelo **NOVO GESTOR** quando da realização dos investimentos.

**Artigo 60:** Caso a adoção dos procedimentos referidos acima não resulte na realização da totalidade dos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do **FUNDO**, será convocada nova Assembleia Geral de Cotistas para deliberar sobre os procedimentos para entrega aos Cotistas dos títulos e valores mobiliários remanescentes integrantes da carteira do **FUNDO** para fins de pagamento de resgate total das Cotas do **FUNDO**.

## CAPÍTULO XIV - DOS ENCARGOS DO FUNDO

**Artigo 61:** Constituem encargos do **FUNDO**, além da remuneração da Taxa de Administração e da Taxa de Performance, as seguintes despesas, que poderão ser debitadas do **FUNDO** pelo **ADMINISTRADOR**:

I – emolumentos, encargos com empréstimos e comissões pagas por operações do **FUNDO**;

II – taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do **FUNDO**;

III - despesas com registro de documentos em cartório, impressão, expedição e publicação de relatórios e informações e periódicas, previstas na Instrução CVM 578 ou na regulamentação pertinente;

IV - despesas com correspondência de interesse do **FUNDO**, inclusive comunicações aos Cotistas;

V - honorários e despesas dos auditores encarregados da revisão das demonstrações financeiras do **FUNDO**;

VI - honorários de advogados, custas e despesas correlatas incorridas em razão de defesa dos interesses do **FUNDO**, em juízo ou fora dele, inclusive o valor de condenação imputada ao **FUNDO**, se for o caso;

VII - parcela de prejuízos eventuais não coberta por apólice de seguro e não decorrentes diretamente de culpa ou dolo dos prestadores de serviços de administração no exercício de suas funções;

VIII - prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do **FUNDO** entre bancos;

IX - quaisquer despesas inerentes à constituição, fusão, incorporação, cisão, transformação ou liquidação do **FUNDO** e à realização de Assembleia Geral de Cotistas, reuniões de comitês ou conselhos do **FUNDO**, se houver, desde que limitados a quantia de R\$ 20.000,00 (vinte mil

reais) por exercício social, as quais poderão ser alteradas por deliberação da Assembleia Geral de Cotistas;

X – com liquidação, registro, negociação, e custódia de operações com ativos do **FUNDO**;

XI - despesas com a contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria, exceto as despesas referentes ao Consultor Técnico, cujos encargos serão pagos nos termos do Artigo 8, parágrafo único e ao Consultor Jurídico, cujos encargos serão pagos nos termos do Artigo 23, Parágrafo 4º, incluindo, mas não se limitando, a despesas com auditoria contábil e legal das Companhias Investidas e consultorias especializadas, bem como a realização de estudos de viabilidade técnica e financeira até o limite equivalente 0,5% a.a. (meio por cento ao ano) do Capital Comprometido no Período de Investimentos do **FUNDO** e, após este período, do Patrimônio Líquido;

XII - despesas com o registro e manutenção das cotas do **FUNDO** na CETIP, se houver;

XIII - despesas com escrituração de cotas, sendo que os cotistas ao aderirem ao presente regulamento ficam cientes e aprovam, expressamente, que tais despesas sejam consideradas como encargo do **FUNDO**, podendo ser debitadas da carteira independentemente da Taxa de Administração;

XIV – relacionadas, direta ou indiretamente, ao exercício de direito de voto decorrente de ativos do **FUNDO**;

XV – contribuição anual devida às entidades autorreguladoras ou às entidades administradoras do mercado organizado em que o **FUNDO** tenha suas Cotas admitidas à negociação;

XVI – despesas com fechamento de câmbio, vinculadas às suas operações ou com certificados ou recibos de depósito de valores mobiliários;

XVII – gastos da distribuição primária de Cotas, bem como seu registro para negociação em mercado organizado de valores mobiliários; e

XVIII – honorários e despesas relacionadas à atividade de formador de mercado.

**Parágrafo 1º:** Quaisquer despesas não previstas como encargos do **FUNDO** correrão por conta do **ADMINISTRADOR** ou do **NOVO GESTOR**, salvo deliberação contrária da Assembleia Geral de Cotistas.

**Artigo 62:** O **FUNDO** terá escrituração contábil própria, destacada das escriturações relativas ao **ADMINISTRADOR**, ao **NOVO GESTOR** e ao **CUSTODIANTE**.

**Artigo 63:** As demonstrações financeiras do **FUNDO** estarão sujeitas às normas de escrituração expedidas pela CVM e serão auditadas por auditor independente registrado na CVM.

**Artigo 64:** As demonstrações financeiras do **FUNDO** deverão ser elaboradas de acordo com as normas de escrituração expedidas pela CVM, devendo ser objeto de auditoria por auditor independente registrado na CVM ao encerramento de cada exercício social.

## **CAPÍTULO XV - DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS**

**Artigo 65:** O **ADMINISTRADOR** deverá divulgar aos Cotistas, ampla e imediatamente, por meio de correio eletrônico (*e-mail*), carta e por meio do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM, e para a entidade administradora de mercado organizado onde as cotas estejam admitidas à negociação e manter disponível em sua sede, sem exclusão de qualquer outro meio adicional, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado ao **FUNDO**, ou aos ativos integrantes de sua carteira, de modo a garantir a todos os Cotistas o acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à permanência no **FUNDO**.



**Parágrafo 1º:** Considera-se relevante qualquer deliberação da Assembleia Geral de Cotistas ou do **ADMINISTRADOR**, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado ao **FUNDO** que possa influir de modo ponderável (i) na cotação das cotas ou de valores mobiliários a elas referenciados; (ii) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter as Cotas; e (iii) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titular das Cotas ou de valores mobiliários a elas referenciados.

**Parágrafo 2º:** Os atos ou fatos relevantes podem, excepcionalmente, deixar de ser divulgados se o **ADMINISTRADOR** entender que sua revelação põe em risco interesse legítimo do **FUNDO** ou das Companhias Investidas.

**Parágrafo 3º:** O **ADMINISTRADOR** fica obrigado a divulgar imediatamente o ato ou fato relevante, na hipótese da informação escapar ao controle ou se ocorrer oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada das Cotas do **FUNDO**.

**Parágrafo 4º:** O **NOVO GESTOR** deve informar ao **ADMINISTRADOR** imediatamente qualquer ato ou fato relevante que tiver conhecimento.

**Parágrafo 5º:** Entre as informações referidas acima, não se incluirão informações sigilosas referentes às companhias emissoras de títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do **FUNDO**, obtidas pelo **ADMINISTRADOR** ou pelo **NOVO GESTOR** sob compromisso de confidencialidade ou em razão de suas funções regulares enquanto membro ou participante dos órgãos de administração ou consultivos da companhia.

**Artigo 66:** O **ADMINISTRADOR** deverá enviar aos Cotistas, à entidade administradora de mercado organizado onde as Cotas estejam admitidas à negociação e à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível da página da CVM na internet, as informações especificadas nos Parágrafos abaixo, na periodicidade neles indicadas:

**Parágrafo 1º:** Trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias corridos após o encerramento do trimestre civil a que se referirem, as informações referidas no modelo do Anexo 46-I da Instrução CVM 578.

**Parágrafo 2º:** Semestralmente, no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias corridos após o encerramento do semestre, a composição da carteira do **FUNDO**, discriminando quantidade e espécie dos títulos e valores mobiliários que a integram. A informação semestral aqui referida deve ser enviada à CVM com base no exercício social do **FUNDO**.

**Parágrafo 3º:** Anualmente, no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias após o encerramento do exercício social do **FUNDO**, as informações demonstrações contábeis auditadas do **FUNDO** no exercício, acompanhadas de relatório dos auditores independentes e do relatório conjunto do Administrador e NOVO GESTOR a respeito das operações e resultados do **FUNDO**.

**Artigo 67:** As informações prestadas ou divulgadas pelo **FUNDO** deverão estar em conformidade com o relatório anual ou o relatório semestral protocolizado na CVM, conforme o caso.

**Parágrafo 1º:** O **ADMINISTRADOR** deverá enviar simultaneamente à CVM exemplares de quaisquer comunicações relativas ao **FUNDO** que tenham sido divulgadas para os Cotistas ou terceiros.

**Parágrafo 2º:** Se alguma informação do **FUNDO** for divulgada com incorreções ou impropriedades que possam induzir o Cotista a erros de avaliação, deverá ser utilizado o mesmo veículo de divulgação no qual foi prestada a informação errônea para republicar corretamente a informação, constando da retificação, de modo expresse, que a informação está sendo republicada para fins de correção de informações errôneas ou impróprias anteriormente publicadas, conforme determinação da CVM.



**Parágrafo 3º:** O **ADMINISTRADOR** deve disponibilizar aos Cotistas e à CVM os seguintes documentos, relativos a informações eventuais sobre o **FUNDO**:

I - edital de convocação e outros documentos relativos a Assembleias Gerais de Cotistas, no mesmo dia de sua convocação;

II - no mesmo dia de sua realização, o sumário das decisões tomadas na Assembleia Geral de Cotistas ordinária ou extraordinária, caso as Cotas do **FUNDO** estejam admitidas à negociação em mercados organizados; e

III - até 8 (oito) dias após sua ocorrência, a ata da Assembleia Geral de Cotistas; e prospecto, material publicitário e anúncios de início e de encerramento de oferta pública de distribuição de quotas, nos prazos estabelecidos em regulamentação específica.

**Parágrafo 4º:** A publicação de informações eventuais, descritas no Parágrafo 3º acima, será feita na página do **ADMINISTRADOR** na rede mundial de computadores e mantida disponível aos cotistas em sua sede, bem como deve ser simultaneamente enviada ao mercado organizado em que as Cotas do **FUNDO** sejam admitidas à negociação e à CVM, por meio do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores.

## **CAPÍTULO XVI - DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Artigo 68:** O exercício social do **FUNDO** tem duração de 12 (doze) meses, com início em 01 de julho e o término no dia 30 de junho de cada ano.

**Artigo 69:** A apresentação, pelo Cotista, do Termo de Adesão ao Regulamento devidamente firmado, constitui sua expressa ciência e concordância com todos os Artigos do presente Regulamento, a cujo cumprimento estará obrigado.

**Artigo 70:** Em caso de morte ou incapacidade de Cotista, o representante do espólio ou do incapaz exercerá os direitos e cumprirá as obrigações, perante o **ADMINISTRADOR**, que cabiam ao *de cujus* ou ao incapaz, observadas as prescrições legais.

**Artigo 71:** Qualquer litígio relacionado ao **FUNDO** bem como à interpretação e/ou execução do disposto neste Regulamento será solucionado por arbitragem, nos termos da Lei 9.307/96.

**Parágrafo 1º:** A arbitragem será submetida ao Centro de Mediação e Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil- Canadá ("CCBC") de acordo com o Regulamento de Arbitragem da CCBC (doravante designado o "Regulamento CCBC").

**Parágrafo 2º:** O litígio será decidido por um Tribunal Arbitral de 3 (três) árbitros, escolhidos de acordo com o Regulamento CCBC.

**Parágrafo 3º:** A sede da arbitragem será a Cidade de São Paulo, Brasil. A língua da arbitragem será o português, e a arbitragem obedecerá ao disposto na Lei 9.307 de 1996 (Lei Brasileira de Arbitragem).

**Parágrafo 4º:** As Partes elegem o foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, exclusivamente para medidas cautelares que não possam ser emitidas pelo Tribunal Arbitral na forma do Regulamento CCBC, e para a execução da sentença arbitral.

**Parágrafo 5º:** O Tribunal Arbitral deverá proferir sua sentença no Brasil, dentro de 12 (doze) meses do início da arbitragem. Este prazo poderá ser prorrogado por até 6 (seis) meses pelo Tribunal Arbitral, desde que justificadamente.

**Parágrafo 6º:** Os honorários dos advogados e demais despesas e custos serão suportados por uma ou por ambas as Partes, como for decidido pelo Tribunal Arbitral.

**Parágrafo 7º:** As Partes deverão manter em sigilo todas e quaisquer informações relacionadas à arbitragem.

**BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS  
DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

**Administradora**

- Regulamento alterado através de Assembleia Geral de Cotistas realizada em 24 de julho de 2018 -

**ANEXO I**  
**Metodologia de Precificação dos Ativos**  
**GERAÇÃO DE ENERGIA - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**  
**MULTIESTRATÉGIA**

<b>ATIVO</b>	<b>AVALIAÇÃO</b>
Títulos Públicos	Os títulos são apreçados pelos preços unitários de títulos públicos divulgados pelo mercado secundário da ANBIMA.
Títulos Privados e Cotas de Fundos de Investimento	<p>A metodologia de precificação de ativos privados obedece necessariamente a seguinte ordem de prioridade:</p> <p>a) Caso o ativo possua taxa divulgada pela ANBIMA, utilizamos essas taxas para calcular o PU de mercado;</p> <p>b) Caso o ativo não tenha taxa divulgada pela ANBIMA, o PU de mercado é dado pela mediana de preços fornecidos por um pool de players com forte participação no mercado (PIC);</p> <p>c) Quando os dados em questão não forem de qualidade/quantidade mínima para o cálculo do PIC, o valor do título será apurado por outro método definido pelo Administrador, de acordo com as diretrizes previstas em seu Manual de Marcação a mercado e segundo as boas-práticas de mercado; e</p> <p>d) No caso de cotas de fundos de investimento, será utilizado o valor da última cota disponível, conforme divulgado pelo administrador do fundo investido.</p>
Ações	<p>Para as ações com cotação em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado, são utilizadas as cotações referentes ao preço de fechamento do dia, conforme informado pela bolsa onde as ações são negociadas.</p> <p>As ações sem cotação em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado e as cotas de sociedade limitada serão inicialmente avaliadas pelo valor justo.</p> <p>A avaliação do valor justo das ações sem cotação em bolsa e das cotas de sociedade limitada será feita de acordo com as normas contábeis expedidas pela</p>

2415794v1

	<p>CVM.</p> <p>Se Classificado como “Entidade de Investimento”</p> <p>Se o <b>FUNDO</b> for classificado como “entidade de investimento, a avaliação do valor justo das sociedades investidas poderá ser realizada pelo NOVO GESTOR e validada pelo Administrador ou por terceiro independente contratado, pelo Administrador, em nome do <b>FUNDO</b>, para confecção de laudo de avaliação. O valor justo dessas investidas irá refletir as condições de mercado no momento de sua mensuração, entendido como a data de apresentação das demonstrações contábeis do <b>FUNDO</b>. Caso ocorra eventos ou alterações de condições que possam influenciar materialmente o valor justo das investidas, uma nova avaliação será efetuada e seus efeitos reconhecidos contabilmente prospectivamente.</p> <p>Nos casos em que o Administrador concluir que o valor justo de uma entidade não seja mensurável de maneira confiável, o valor de custo pode ser utilizado até que seja praticável a mensuração do valor justo em bases confiáveis, devendo o Administrador divulgar, em nota explicativa, os motivos que o levaram a concluir que o valor justo não é mensurável de maneira confiável, apresentando conjuntamente um resumo das demonstrações contábeis condensadas dessas sociedades investidas.</p> <p>Se Classificado como “Não-Entidade de Investimento”</p> <p>Se o <b>FUNDO</b> for classificado como “não-entidade de investimento”, as sociedades investidas serão avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, salvo se a Assembleia Geral de Cotistas determinar a contratação de terceiro independente para confecção de laudo de avaliação, hipótese em que as sociedades investidas serão avaliadas pelo valor justo.</p>
--	--



BNY MELLON

2415794v1

Av. Presidente Wilson, 231, 11º andar – Rio de Janeiro, RJ  
SAC: [sac@bnymellon.com.br](mailto:sac@bnymellon.com.br) ou (21) 3219-2600, (11) 3050-8010, 0800 725 3219  
Ouvidoria: [www.bnymellon.com.br/sf](http://www.bnymellon.com.br/sf) ou 0800 725 3219  
Caixa Postal 140, CEP 20.010-974 – Rio de Janeiro, RJ



BNY MELLON

2415794v1

Av. Presidente Wilson, 231, 11º andar – Rio de Janeiro, RJ  
SAC: [sac@bnymellon.com.br](mailto:sac@bnymellon.com.br) ou (21) 3219-2600, (11) 3050-8010, 0800 725 3219  
Ouvidoria: [www.bnymellon.com.br/sf](http://www.bnymellon.com.br/sf) ou 0800 725 3219  
Caixa Postal 140, CEP 20.010-974 – Rio de Janeiro, RJ